



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 135

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 135

122ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 03

Indicações 04

Requerimentos 06

Projetos de Lei 07

Projeto de Lei Complementar 12

Pequeno Expediente:

Dep. Plauto Miró 13

Dep. Tadeu Veneri 14

Dep. Artagão Júnior 19

Dep. Professor Luizão 20

Dep. Mauro Moraes 20

Dep. Stephanes Júnior 21

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 22

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 22

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

2ª Votação 27

Redação Final 31

3ª Discussão 31

2ª Discussão 32

1ª Discussão 32

Requerimentos 35

Encerramento da Sessão 35

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 36

Diretoria Geral

Portarias 36

Audiência Pública

Ata 39

Publicações Administrativas:

Resumo de Pregão 39

DIÁRIO Nº 135

122ª SESSÃO ORDINÁRIA

122ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

23 DE OUTUBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Élio Rusch,

Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Cleiton Kielse, Luiz Eduardo Cheida, Mamede, Pedro Ivo e Teruo Kato (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº CEE/CC 1940/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que pede esclarecimentos sobre a comissão instalada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa para a retomada das atividades do curso de medicina. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1889/PGE da Sra. Jozélia Nogueira Broliani - Procuradora Geral do Estado, informando que no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 399.509-7, sendo autor o Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamentos e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná - SINDEPARK-PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná julgou a mesma parcialmente procedente, por unanimidade de votos, preservando o texto dos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 15333, de 19 de dezembro de 2006, determinado a interpretação e aplicação dos referidos comandos legais, como dispondo exclusivamente sobre entidades integrantes da Administração Pública direta e indireta do estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Mensagem

MENSAGEM Nº 049/07

Curitiba, em 23 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao inciso III, do artigo 6º e incluir parágrafo único ao artigo 41, da Lei nº 15609, de 22 de agosto de 2007, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2008.

O Governo do Paraná, seguindo os preceitos da Carta da República Federativa do Brasil de 1988, em especial o disposto no artigo 3º, inciso I, que salienta a necessidade da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, apresenta proposta com nova redação ao dispositivo acima citado, tendo por objetivo alterar de “até 4,0%” para “3,7%”, o limite percentual da Receita Geral do estado disponível para fixação da despesa do Ministério Público do Paraná.

Entende, o Governo do Paraná, que o percentual ora proposto para as despesas do Ministério Público é o que pode ser suportado, visto que todos os preceitos legais devem ser atendidos, e outros setores da administração pública não poderão perecer por falta de recursos.

Denota-se que o Governo do Paraná reconhece que o Ministério Público do estado é instituição essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Dessa forma, o Ministério Público, pelas premissas constitucionais aduzidas, deve ser uma das instituições garantidoras da igualdade e da construção de uma sociedade justa e solidária.

Assim, a proposta em tela atende os princípios constitucionais da legalidade e a moralidade no âmbito da Administração Pública, objetivando estabelecer percentual justo a ser atribuído ao Ministério Público.

Ademais, vale lembrar que nos últimos dez anos os valores destinados ao Ministério Público, saltaram de R\$ 50.849.090,00 para R\$ 274.032.810,00, conforme informações prestadas pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Por último, a inclusão pretendida do referido parágrafo único, ao artigo 41, justifica-se diante da constatação da existência de omissão legal em face da eventual postergação da aprovação da Lei Orçamentária que resultaria na inexistência de referências para que o estado procedesse qualquer execução orçamentária após o fechamento do presente exercício financeiro, incluindo transferências obrigatórias.

Nesse contexto, a proposta em tela atende aos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, já que na hipótese aventada, propicia permissivo legal assecura-

tório, mesmo que mínimo, de funcionamento da máquina estatal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O inciso III, do artigo 6º, da Lei nº 15609, de 22 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III - Ministério Público - 3,7%”

Art. 2º O artigo 41, da Lei nº 15609, de 22 de agosto de 2007, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Se o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2008 não for sancionado pelo Governador do Estado até 31 de dezembro de 2007, a programação dele constante poderá ser executada à razão de 1/12 (um doze avos) do total de cada projeto, atividade e operação especial prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2008, multiplicado pelo número de meses decorridos de janeiro de 2008 até a sanção da respectiva da lei.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 327/07

SÚMULA

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião que os serviços existentes de atendimento do SAS (Serviço de Assistência a Saúde) seja feito nas cidades de origem dos usuários, exceção feita somente em atendimentos específicos de alta complexidade.

Sr. Governador, Sr. Secretário:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado que os serviços existentes de atendimento do SAS (Serviço de Assistência a Saúde) seja feito nas cidades de origem dos usuários, exceção feita somente em atendimentos específicos de alta complexidade, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo o atendimento aos usuários do SAS eram prestados diretamente em hospitais dos municí-

pios. Consultas, internamentos, exames laboratoriais eram realizados por clínicos gerais credenciados como funciona no atual sistema SUS (Sistema Único de Saúde).

Hoje, porém o SAS (Serviços de Assistência a Saúde) foi centralizado e só é possível atendimento em algumas cidades pequenas, pólos, o que causa um grande transtorno aos usuários que residem em cidades pois às vezes é necessário fazer várias viagens em longas distâncias para se solucionar um simples problema de consulta, ou virose, enxaqueca, gripe. Sem mencionar que muitos usuários não possuem veículo o que dificulta ainda mais o deslocamento.

No sistema anterior era tudo muito mais prático e econômico, pois os usuários tinham todo o atendimento em seus municípios de residência e só se encaminhavam aos municípios maiores em caso de emergência quando era necessário médico especialista. Além disso, o funcionário público não precisava ficar justificando possíveis faltas no trabalho, nem tão pouco repondo suas aulas (em caso de professores).

Atualmente, a situação é outra. Os usuários dos SAS das cidades pequenas não estão tendo acesso ao atendimento básico de saúde. Devido a distância e a burocracia a maioria dos usuários somente procuram atendimento já quando a situação é de alta complexidade.

Assim sendo, aquilo que poderia custar um valor irrisório ao estado, se fosse atendido em estágio inicial, acaba se tornando um valor exorbitante, por ser atendido em estágio avançado da doença.

É necessário que o Governo intervenha urgentemente na questão, porque se os atendimentos básicos não estão sendo utilizados, pressupõe-se que recursos estejam sobrando nesta fase inicial e sucessivamente faltando na fase final, que é naqueles casos de alta complexidade como citado anteriormente.

Com o serviço sendo prestado diretamente nos hospitais locais, os usuários teriam uma maior comodidade, menor custo e praticidade para procurar o atendimento nos primeiros sintomas da doença, assim evidente que o estado economizaria mais recursos, já tão escassos nos cofres públicos, para serem utilizados da melhor forma possível.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 328/07

SÚMULA:

Propõe a construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Professor Caio Mário Moreira, de Cianorte.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirigi-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Professor Caio Mário Moreira, no

município de Cianorte, cito à R. Iguaçu, 400 - Zona 7 - CEP 87200-000, conforme protocolo 9499994.

2 - A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos. Visa ainda, propiciar ao colégio uma infra-estrutura imprescindível para a viabilização das aulas de educação física bem como valorizar o ensino na comunidade.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 329/07

SÚMULA

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Segurança Pública Luiz Fernando Ferreira Delazari a implantação de um sistema de monitoramento eletrônico de veículos através de câmeras dos radares eletrônicos, bem como das câmeras instaladas nas praças de pedágio no estado do Paraná, com o objetivo de combater a criminalidade.

Srs. Governador, Srs. Secretários:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública a implantação de um sistema de monitoramento eletrônico de veículos através de câmeras dos radares eletrônicos, bem como das câmeras instaladas nas praças de pedágio no estado do Paraná, com o objetivo de combater a criminalidade, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A criminalidade tem adquirido proporções inimagináveis em nossa sociedade. Isso pode ser comprovado diante não somente dos últimos acontecimentos aonde uma jovem acadêmica foi seqüestrada, estuprada e morta por marginais no centro da capital do estado, mas também por tudo o que acompanhamos na mídia, no cotidiano.

Sabe-se que tais práticas poderiam ser coibidas se fossem aproveitados todos os mecanismos que estão disponíveis nos radares eletrônicos e nas câmeras filmadoras instaladas nas praças de pedágio.

Tem-se a informação de que os radares eletrônicos são providos de um sistema de dispositivos de reconhecimento, que quando programados, permitem que tais radares forneçam fotografias de qualquer veículo com placas cuja combinação de letras e números tenham sido fornecida pela polícia. Da mesma forma as câmeras filmadoras já instaladas nas praças de pedágio.

Essas máquinas podem emitir também um alarme à central de polícia no momento exato do flagrante, ou seja, quando o veículo objeto de crime passar pelo radar eletrônico, ou pela praça de pedágio.

Desta forma, muitos seqüestros, furtos, roubos poderiam ser evitados ou no mínimo identificados os autores, pois a polícia poderia acompanhar a trajetória dos marginais em tempo real, graças ao aparato fornecido pelas câmeras instaladas nos radares eletrônicos e nas praças de pedágio. Assim, esses dispositivos poderiam transformar os radares eletrônicos, os famosos caça-níqueis em verdadeiros aliados da sociedade no combate a criminalidade.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 330/07

SÚMULA:

Solicita a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado de Segurança Pública.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Araucária.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem o intuito de restabelecer a tranquilidade à comunidade da zona rural deste município. Nos últimos anos tem aumentado de forma significativa as ocorrências de furtos e roubos, bem como intimidações por uso de arma de fogo nas áreas rurais.

A ação preventiva através das rondas tem por objetivo aproximar a comunidade rural dos agentes de segurança, prevenindo de forma efetiva os riscos de se morar numa região afastada dos recursos de segurança oferecidos pelos centros urbanos.

INDICAÇÃO Nº 331/07

SÚMULA:

Solicita o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Civil do município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado de Segurança Pública.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Civil do município de Araucária.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A delegacia do município de Araucária foi construída para atender uma demanda de 16 detentos e hoje

apresenta uma superlotação de 60 (sessenta) detentos na sua população carcerária, necessitando assim de um número maior de efetivo.

Esta indicação visa aumentar a tranquilidade e a segurança da população do município de Araucária.

INDICAÇÃO Nº 332/07

SÚMULA:

Solicita a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Contenda.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Segurança Pública.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Contenda.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Esta indicação tem o intuito de restabelecer a tranquilidade à comunidade da zona rural deste município. Nos últimos anos tem aumentado de forma significativa as ocorrências de furtos e roubos, bem como intimidações por uso de arma de fogo nas áreas rurais.

A ação preventiva através das rondas tem por objetivo aproximar a comunidade rural dos agentes de segurança, prevenindo de forma efetiva os riscos de se morar numa região afastada dos recursos de segurança oferecidos pelos centros urbanos.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque para discussão e votação da Emenda nº 02 ao Projeto de Lei nº 693/07, item 01 da presente na Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto, pelo transcurso, no próximo dia 24 de outubro de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli,

Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população do município de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Antonio Olinto que no próximo dia 24 de outubro de 2007 estará comemorando 46 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 46 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando o atendimento à reivindicações abaixo relacionadas, na Escola Estadual Francisco Pires de Machado, Bairro Cará-Cará, no município de Ponta Grossa:

- construção de muro nas laterais do terreno da escola;
- construção de 03 salas de aula para os alunos;
- construção de um refeitório para os alunos.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, solicitando cópia da Sindicância Interna, bem como da auditoria realizada no IAP/Regional Ponta Grossa, que resultaram na Operação Floresta Negra, deflagrada pela Polícia Civil do Estado do Paraná, levando à prisão funcionários daquele órgão e empresários em Ponta Grossa e municípios dos campos gerais.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Luiz Marinho, solicitando a instalação de uma Agência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na cidade de Pato Branco - conforme requerimento da Câmara

Municipal de Pato Branco, aprovado por unanimidade, em Sessão Ordinária do dia 04 de outubro de 2007.

Do aprovado requer ainda, seja enviado cópia do presente requerimento, aos Senadores e Deputados Federais do Paraná, ao Prefeito Municipal de Pato Branco, Sr. Roberto Viganó, à AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná; à ACAMSOP M-14 - Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Micror-região 14.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A instalação de uma Agência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS na cidade de Pato Branco, será de fundamental importância para os segurados e contribuintes de toda a região sudoeste, que atualmente quando necessitam dos serviços da previdência precisam deslocar-se 250 Km para atendimento na Agência Regional mais próxima que fica localizada no município de Cascavel, região oeste do estado.

Além de melhor atender a grande demanda de contribuintes e beneficiários, a instalação da Agência propiciará o desenvolvimento de uma política de valorização e aproximação com empresas, consolidando o atendimento de maior qualidade e agilidade nos processos, trazendo benefícios a toda a população da região, com melhor qualidade e agilidade nos serviços prestados.

Cabe salientar ainda, que para a instalação da Agência Regional não serão necessários investimentos em espaços físicos, pois a agência local já possui infraestrutura necessária, e está localizada em ponto estratégico e de fácil acesso para os usuários dos serviços da previdência social.

Diante do exposto, solicitamos providências do Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Sr. Luiz Marinho, para atendimento do pleito e juntamos ao presente, requerimento aprovado por unanimidade pelos Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco, em Sessão do dia 04 de outubro próximo passado.

REQUERIMENTO Nº 3113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidos as seguintes informações e documentos, relativos à reunião da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações desta Casa, realizada em 22 de outubro de 2007:

- como foi feita a convocação dos membros da Comissão;

- qual foi a pauta da reunião;
- o que foi deliberado efetivamente;
- lista de presenças dos membros da comissão;
- cópia das notas taquigráficas e ata da reunião.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidos as seguintes informações e documentos, relativos à substituição do Deputado Luiz Nishimori pelo Deputado Ademar Traiano como membro titular da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação:

- Qual a razão de tal substituição;
- Se foi comunicado o Plenário desta Casa sobre a referida substituição;
- Qual a data da comunicação ao Plenário;
- Anexar as notas taquigráficas da sessão onde foi comunicada a substituição.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 749/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Sagrada Família, com sede e foro no município de Arapongas/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Sagrada Família, fundada em 05 de junho de 2003, tem como proposta principal o atendimento assistencial, beneficente, educativo e social das comunidades menos favorecidas de Arapongas. A entidade trabalha pelo desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e idosos, buscando sua integração à família e a sociedade.

Para o cumprimento destas metas e o desenvolvimento integral das ações programas, a Associação desenvolve projetos comunitários e educativos na área da saúde com a prevenção e reabilitação de pessoas vitimadas pelo câncer, AIDS e qualquer outra patologia. Uma das metas da entidade é melhorar a geração de renda das pessoas atendidas, através de sua inclusão no mercado de trabalho.

Para atingir estes objetivos a Associação mantém convênios e termos de cooperação com o poder público nas suas diferentes esferas e representações. A entidade desenvolve parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, entidades particulares, hospitais e organizações não governamentais de nível nacional e internacional, a fim de obter os recursos necessários à organização, aplicação, melhoria e manutenção de seus serviços.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Deputados desta Casa de Leis, ao Projeto de Lei que apresento por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 750/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída as rotas dos Caminhos de Peabiru como patrimônio turístico e histórico do estado do Paraná.

Art. 2º Fica a rota do Caminho e Peabiru incluído no Roteiro Turístico do estado do Paraná.

Art. 3º Fica instituído os meses de abril e outubro como oficiais de comemoração.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

São milenárias a Rota do Estanho (Ilhas Britânicas - Cassitérides, talvez as atuais Seilly - do primeiro milênio de nossa era: a Rota da Seda, que tornou esse produto conhecido pelos gregos no III século antes de Cristo, indo ao Palmir, até a Torre de Pedra, onde se realizavam os mercados fornecidos pelos negociantes chineses: a Rota do Lapis-Lazuli, do terceiro milênio: a Rota da Prata, pela qual os Tírios iam procurar na Espanha a prata e outros metais com os “navios de Tarsis”, de que fala a Bíblia, e tantas outras.

As civilizações se fizeram pelas rotas. Por elas se acumularam povos, se enriqueceram nações, se conquistaram mundos. Nem todas as rotas, porém, permanecem vivas. Algumas, sim, permanecem pelo menos na memória de suas gentes. Outras, resgatadas, continuam guiando seus povos a caminho de novos sonhos, novas riquezas, adaptadas aos novos tempos.

A rota mais famosa hoje, sem dúvida, recuperada pela mística e cristã presença do Apóstolo Santiago, é o “Caminho de Santiago da Compostela”, na Espanha e na França. Os espanhóis e franceses souberam investir num espaço, num tempo e num acontecimento passado, importantes, revitalizando-os e trazendo às suas sociedades perspectivas de novas riquezas. Riquezas místicas, históricas, culturais e econômicas, por meio de uma bem montada estrutura de empreendimentos turísticos ligados ao Caminho de Peregrinação.

A América do Sul, mais precisamente o Paraguai, o Brasil, o Peru e a Bolívia também possuem a sua Rota. Um caminho histórico, místico e ecológico, Trata-se do Caminho de Peabiru ou “Tape Aviru” o

caminho pré-hispânico do mundo guarani, ou incaico. Ou, como querem outros, dos jês-itararês. Foi ele a mais importante via transcontinental da América do Sul pré-colombiana, segundo Maack, estudioso que falou desse caminho na década de 1950. Era uma estrada indígena com tronco e ramos formando uma rede. A pesquisadora Rosana Bond confirma que tinha ele cerca de três mil quilômetros de extensão e começava, ou terminava, no Brasil em dois pontos: litoral de Santa Catarina e litoral de São Paulo.

Cruzava o Brasil (PR, SC, SP, MS), o Paraguai, a Bolívia e o Peru, ligando, portanto, por terra, o Atlântico ao Pacífico. Embora a colonização branca e sua intensa ocupação tenham destruído o Peabiru, ainda restam vestígios, embora poucos, como em Pitanga, Bourbonia, e provavelmente em outros municípios, como alguns da COMCAM, além de estar ainda muito vivo na memória principalmente dos descendentes guaranis.

Este projeto pretende estimular o resgate e o mapeamento da trilha, no estado do Paraná, por meio de pesquisas, vestígios lícitos e da memória coletiva, tudo isso facilitado pelas fontes bibliográficas porque, aproveitando o caminho, também teriam passado por ali os conquistadores espanhóis, os jesuítas das reduções, os bandeirantes paulistas nos séculos XVI e XVII e mesmo os pioneiros desbravadores do final do século XIX. Escritos do século XVI, aliás, chegam a descrevê-lo como possuindo cerca de oito palmos de largura, uma profundidade de 0,40 cm e forrado por gramíneas que impediam o crescimento do mato. A mesma descrição que dele fazem os guaranis.

Peabiru é palavra tupi-guarani e possui muitas traduções: caminho forrado, caminho pisado, caminho sem ervas, caminho que leva ao céu. Para os descendentes guaranis, é o caminho de busca da Terra Sem Mal. Poder ter sido, porém, um caminho de comércio para o povo inca.

Não se pode olvidar, ainda, de que há hoje uma demanda reprimida, mundial, para o turismo, pois os tradicionais locais de visita estão em zona de permanente conflito. O Novo Mundo pode, pela sua caminhada para a “Yvy Marã Ey” (Terra Sem Mal), ter a chance de exportar ao mundo toda essa nova força turística, colocando-se entre as mais modernas alternativas de lazer, cultura e de economia.

Portanto é necessário salvar os vestígios ainda existentes ao mesmo tempo em que poderemos explorá-los metodicamente. Duplo desafio se apresenta aos empreendedores: de pesquisas, num filão que envolve ciência, arte, filosofia e noutro filão que envolve a economia e aspectos de gestão e de engenharia.

Diante deste cenário peço o apoio das Sras. e Srs. Deputados para tão nobre missão de resgate de nosso patrimônio cultural, dando cada vez maior visibilidade à nossa cultura, incentivando a sua difusão.

PROJETO DE LEI Nº 751/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 15247, de 11 de setembro de 2006.

Art. 2º Ficam mantidas as determinações das Circunscrições do 1º e 2º Serviços de Registro de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, estabelecidos na Resolução Normativa nº 01/75, publicada no D.J. nº 125, em 26 de dezembro de 1975.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 14277/03, estabeleceu nova Divisão Judiciária para a Comarca de Ponta Grossa, criando o 3º Serviço de Registro de Imóveis (artigo 286), como tal, seria necessário restabelecer as delimitações territoriais dos Serviços de Registro de Imóveis, haja vista, que o 1º e o 2º possuíam as delimitações definidas na Resolução Normativa nº 01/75, publicada no D.J. nº 125, em 26 de dezembro de 1975.

Acontece, porém, que a Lei nº 15.247 de 11 de setembro de 2006, que se pretende revogar, objeto do então Projeto de Lei nº 346/06, foi submetido a apreciação e deliberação desta Casa Legislativa, com uma redação técnica legislativa absolutamente incompatível com a situação territorial do município de Ponta Grossa; desse modo, além de estar eivada de imprecisões descritivas e conter vícios equitativos, deixou de anexar documentos indispensáveis para análise efetiva da situação.

Para tanto, foi solicitado um parecer técnico elaborado pelo Engenheiro Civil, Joel Larocca Junior, cujo documento fica fazendo parte integrante desta proposta.

Entre tantas situações levantadas pelo referido parecer, de imediato foi analisada a questão da equidade da divisão territorial estabelecida pela lei que se pretende revogar, o qual, ao propor juízo de convicção, buscou informações e dados constantes no censo demográfico de 2000 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao promover a análise individual e discriminada das delimitações dos 1º, 2º e do 3º Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, foi considerado *os bairros, quantidade de domicílios, população, renda global, quantidade de famílias com renda acima de 5, de 10 e de 15 salários-mínimos. O procedimento mais exato para a determinação da equidade da divisão territorial seria indubitavelmente a auditoria dos serviços registrares já estabelecidos, visando à determinação da quantidade e da localização geográfica dos registros nos últimos anos, porém tal método, de indiscutida precisão, acarre-*

taria a necessidade de ordem judicial para o acesso de tais elementos além do procedimento auxiliar georreferenciamento de cada um dos lançamentos efetuados, o que seria de difícil realização.

Após analisar detalhadamente os dados acima indicados chegou-se a conclusão que a divisão territorial efetuada pela Lei Estadual nº 15247 de 11 de setembro de 2006, não é equitativa. Em todas as variáveis analisadas, exceto a população total, o território do 3º Registro de Imóveis a ser instalado, predomina sobre os demais. Essa predominância atinge especial relevância quando se trata da análise da quantidade de famílias com renda suficiente para poupança no mercado imobiliário, atingindo 38% quando se trata da classe social que dispõe de renda acima de 5 salários-mínimos, passando a 42,8% e a 43,2% quando se passa a analisar as classes de renda acima de 10 e acima de 15 salários-mínimos, respectivamente.

O 1º Registro de imóveis mantém-se abaixo dos 33,33%, que representa o ponto de equilíbrio em todas as variáveis analisadas, exceto quanto à população mais abastada (da qual fica com 34,3% do universo).

O 2º registro de Imóveis com as novas divisas, somente fica acima dos 33,3% no tocante ao número de domicílios e população, cujo reduzido poder aquisitivo remete-o à condição de serviço registral mais prejudicado com a nova delimitação, chegando a ficar abaixo dos 25% no que se relaciona com a população de maior renda.

Dito isso, ao contrário da justificativa constante na proposta originária convertida em lei que se pretende revogar, além da divisão não ser equitativa, não foram ouvidos os legítimos interessados do 1º e 2º Registro de Imóveis. O Oficial do 1º Registro manifestou-se receptiva apenas à partilha e apoio à instalação, entretanto, não consta do processo a sua concordância com as divisas, embora, apesar de ter perdido áreas importantes, recebeu como compensação áreas anteriormente pertencentes ao 2º Registro de Imóveis. O Oficial do 2º Registro, se efetivamente desempenhasse as suas funções, jamais poderia concordar com a divisão retratada na lei, principalmente porque retirou toda a área territorial deste Serviço Registral. E a prova mais evidente desta afirmação é que após ter sido aprovada a divisão territorial, imediatamente requereu a transferência de sua investidura para o 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, deixando totalmente desfalcada a área do 2º Registro que, para poder continuar cumprindo com as suas atividades, terá que despedir mais da metade de seus funcionários, todos qualificados e a maioria exercendo as suas funções há mais de 20 anos.

Quanto à questão de divisão territorial, não foi precedido de laudo técnico, apenas digitalizadas as linhas no mapa e feito memorial descritivo com base nas coordenadas geográficas encontradas. O mapa anexado ao processo, totalmente ilegível, não apresenta de forma nítida a área urbana da cidade de Ponta Grossa, fixando-se na área rural dos distritos, cuja grande parte será objeto de

futuro Parque Ambiental, portanto onde não mais haverá comercialização de imóveis. Além disto, esse material apresentado não está assinado por engenheiro ou técnico, que aliás, errou na descrição da área do município, uma vez que menciona 2024,51km² quando na verdade é 2.025,69 km² (IAP/IPARDES).

Através de “e-mail”, originário de Dirley Schmidlin, o mesmo menciona que a sua empresa “foi contratada para fazer os mapas e memoriais referentes a 3 divisões de regiões no município de Ponta Grossa”. Diz mais: “A informação das divisas já vieram prontas, não fizemos o estudo aqui, por isso não sei dizer qual o critério adotado para se chegar nas linhas divisórias. Fomos contratados apenas para digitalizar as linhas dos mapas e gerar um memorial descritivo com base nas coordenadas geográficas encontrada. Um trabalho muito simples”.

Esses documentos é que ensejaram o exame da matéria pelos Srs. Parlamentares, os quais foram induzidos a engano, tendo em vista que não foi respeitada a divisão eqüitativa por tratar-se de documentos sem qualquer valor técnico.

Outro aspecto digno de registro é o fato de que não foi apresentada a guia da ART-CREA, sem a qual inexistiria consideração como trabalho técnico, ante o disposto na Lei nº 6496, de 7 de dezembro de 1977.

Finalmente, ante o disposto no artigo 65 da Constituição Estadual, que fixa a competência para iniciativa de lei ordinária, submeto a apreciação de V. Exas. esta proposta, mesmo porque, não se enquadra em iniciativa privativa prevista no artigo 66 e 101 do mesmo diploma legal, respectivamente do Sr. Governador e do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 753/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Alceu Ântimo Vezozzo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) MAMEDE

JUSTIFICATIVA:

Poucas são as pessoas que tem a grandeza de moldar sua própria história com base na solidariedade, empreendedorismo e profissionalismo como mostra a trajetória de Alceu Ântimo Vezozzo. Talvez pela origem grega do nome, que significa “forte”, tenha adquirido força e disposição para estar à frente de tantos projetos de destaque em sua vida pessoal e profissional.

De acordo com a opinião de familiares, Alceu Ântimo Vezozzo herdou a visão e empreendedorismo de seu pai, Caetano Vezozzo, também cidadão Cambaranense, que muito realizou em prol da cidade.

Nascido em Cambará, no norte pioneiro do Estado do Paraná, em 11/12/1929, Alceu Ântimo Vezozzo formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie de São Paulo cursando pós-graduação, nos Estados Unidos através de uma bolsa de estudos concedida pelo governo norte americano.

Foi Vereador da Câmara Municipal de Cambará, cidade onde iniciou suas atividades profissionais em 1953 na área de construção civil, atuando como Superintendente da Construtora Vezozzo, empresa fundada pelo seu pai em 1929 que teve grande desempenho no Sul do Brasil, nas décadas de 50 a 70.

Em Londrina, cidade do norte paranaense, capital do café, para onde se mudou com a família em 1962, desenvolveu extensa atividade empresarial na área de construção civil, imobiliária, comércio, agricultura e hotelaria, como também nas associações de classe, governo municipal, ensino e assistencial.

Foi diretor e presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Londrina e Superintendente do Desenvolvimento Industrial de Londrina, quando a cidade recebeu número expressivo de novas indústrias nacionais e estrangeiras. Liderou a construção e implantação do Instituto Politécnico de Londrina onde atuou como Presidente. Construiu e presidiu a Escola de Formação do Profissional Carente e foi sócio do Clube 21 Irmãos e Amigos de Londrina e outras organizações congêneres.

Foi também em Londrina, que Alceu Ântimo Vezozzo iniciou as atividades como hoteleiro. A família, que até então atuava na cafeicultura, havia adquirido um terreno na cidade para construção de um prédio, para venda destinado a hotel. Antes de concluída a obra, uma geada dizimou os cafezais da região e da noite para o dia a economia norte paranaense entrou em declínio. Com tranquilidade diante da crise, acreditando no lema “que é na crise que surgem as oportunidades de crescimento”, a família Vezozzo optou por administrar o hotel, surgindo então, em 1963, o Hotel Bourbon de Londrina, cujo nome foi escolhido em homenagem ao café, sendo considerado ainda hoje, como um dos hotéis mais importantes da cidade.

Hoje, aos 77 anos, Alceu Ântimo Vezozzo preside com muita competência e dedicação a Rede Bourbon de Hotéis e Resorts, atualmente com 11 unidades hoteleiras nos estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Cabe ressaltar que a Rede Bourbon de Hotéis e Resorts, com mais de 2500 quartos e suítes, figura atualmente entre as dez maiores redes hoteleiras que atuam no Brasil, e está colocada entre as três maiores organizações hoteleiras genuinamente brasileiras, gerando mais de 1300 empregos diretos e 5000 indiretos.

Nos últimos anos, a Rede Bourbon tem sido premiada com os troféus Prima Qualitá, Foztur, ABAV, PIT, Quatro Rodas, Cataratas, Catavento, entre outros, pela qualidade de seus serviços e produtos. Além disso, por doze vezes consecutivas, recebeu o prêmio Top of Mind

do Paraná, por ter sido considerada a marca de hotel mais lembrado pela população paranaense.

Da mesma forma, as unidades têm recebido premiações de destaque. O Bourbon Atibaia, recebeu em 2007, o prêmio de Melhor Resort de Campo do Brasil, concedido pelo guia Quatro Rodas e o prêmio Caio, Jacaré de Ouro (Regional) e Jacaré de Prata (Nacional) por ter sido considerado um dos melhores hotéis com centro de convenções de grande porte.

O Bourbon Cataratas recebeu o prêmio Caio Jacaré de Ouro (Nacional) e o prêmio Caio Jacaré de Ouro (Nacional), também na categoria hotel com centro de convenções de grande porte. O Bourbon Curitiba recebeu os seguintes prêmios: prêmio Caio Jacaré de Prata Nacional e Jacaré de Ouro (Regional), na categoria hotel com centro de eventos de médio porte, prêmio Gula pela melhor feijoada da cidade e segundo melhor bar de hotel de Curitiba, melhor Barman e além do prêmio também de “Melhor Feijoada” concedido pela revista veja Curitiba. Já o Bourbon Joinville, recebeu o prêmio Caio Jacaré de Prata Regional, na categoria hotel com centro de convenções de pequeno porte e o Bourbon Londrina, recebeu o prêmio Top de Marca.

Além de todas essas homenagens e títulos recebidos na Área de Hotelaria, Alceu Antônio Vezozzo recebeu o título de Hoteleiro do Ano, conferido pela ABRAJET, por três vezes, nos anos de 1993, 1995 e 2004. Sem dúvida nenhuma sua atuação à frente de sua empresa vem contribuindo há mais de 40 anos de forma significativa para o desenvolvimento do país, não só através da geração de empregos diretos e indiretos mas também pelo incremento na área do turismo receptivo. Além disso, foi também pioneiro nas várias inovações físicas e operacionais na nossa hotelaria - tendo como escopo sempre o melhor serviço possível aos hóspedes - e, como um simples exemplo entre muitos outros, cita-se o Hotel Bourbon & Tower de Curitiba, onde foi implantado o conceito torre, único cinco estrelas da cidade com a característica de dupla hospedagem diferenciada.

Profissional jubilado pelo CREA e IEP (Instituto de Engenharia do Paraná) recebeu a Comenda concedida por esses órgãos pelo fato de, em 50 anos de carreira, ter exercido a atividade profissional de Engenheiro com denodo e dedicação, sem sofrer nenhuma penalidade ética por parte do Conselho, fazendo uso de seus conhecimentos científicos e tecnológicos em prol da comunidade.

Rotariano desde 1953, quando ingressou no Rotary Club de Cambará, clube este que seu pai foi um dos fundadores, é sócio honorário de mais de 70 Rotary Clubs em vários estados do Brasil. Recebeu inclusive, o título de sócio honorário do Rotary Clube de Cambará, concedido em 2002, pelos relevantes serviços prestados a comunidade cambaraense. Pessoa que sempre tem acreditado profundamente no serviço voluntário, viu na organização rotária um caminho forte e válido de melhorias das comunidades as quais tais clubes pertencem. Por este

motivo, ao longo da sua vida, tem dividido suas atividades familiares e profissionais com as atividades rotárias, servindo ao Rotary Internacional, organização que está presente nos quatro cantos da terra. Serviu sua organização como Presidente de clubes, Governador Distrital Rotário entre inúmeras atividades por muitos e muitos anos no Brasil e outros países, culminando em 2001 - 2003 como Diretor do Rotary Internacional em Chicago - USA. Nesta função, por dois anos, trouxe forte contribuição como representante brasileiro naquela organização internacional contribuindo para o aprimoramento geral de suas atividades, inclusive estratégicas, trazendo para nosso país importantes padronizações internacionais em várias áreas dessa organização.

Contribuiu de forma significativa e liderou a construção da Vila Rotary em Cambará, com 80 casas populares bem construídas em alvenaria, para abrigar famílias carentes e onde, através de recursos provenientes de seus amigos rotarianos da Califórnia (USA) e da Itália, junto com seus recursos próprios e da Fundação do Rotary Internacional e sobretudo o exemplar e forte apoio recebido do senhor Prefeito Municipal de Cambará à época, vivem atualmente cerca de 500 pessoas com qualidade de vida muito melhor em todos os aspectos.

Sempre preocupado com a educação, construiu para a mesma Vila Rotary a Escola Caetano Vezozzo, em homenagem ao seu pai já falecido, que possui mais de 1.100 m2 de construção em quarteirão isolado e destina-se ao ensino fundamental gratuito dos moradores do bairro e que foi uma doação de sua família. Contribuiu também, para a implantação e construção da Escola Os Pinhais, localizada em São José dos Pinhais, Paraná, que oferece gratuitamente ensino técnico para profissionais que buscam formação na área de hotelaria. Construiu também com recursos próprios o pavilhão principal da Escola do Menor Carente de Londrina, denominado Angelina Ricci Vezozzo em homenagem a sua mãe já falecida. Essa escola, oferece ensino técnico profissionalizante aos menores carentes da cidade, além de assistência médica, odontológica, psicológica, familiar e alimentação gratuitos.

Recebeu o título de Cidadão Honorário de Curitiba, concedido pela Câmara de Vereadores da Cidade e título de Cidadão Benemérito concedido pela Câmara de Vereadores de Cambará, além da Comenda de Cavaleiro da Boca Maldita, sociedade civil de Curitiba, pela notável contribuição ao Estado do Paraná. É também Cavaleiro da Soberana Ordem Militar de Malta.

Casado há 51 anos com Laila Zacarias Vezozzo, companheira e grande incentivadora de projetos sociais e comunitários a quem muito deve, possui três filhos e três netos. Os filhos, Maria Angélica Vezozzo, Administradora de Empresas, Diretora de Patrimônio da Rede Bourbon, Alceu Ântimo Vezozzo Filho, Engenheiro Civil, com curso de Administração Superior em Hotelaria nos EUA, Vice-Presidente da Rede Bourbon e Daniela Zacarias Vezozzo, formada em Administração Hoteleira pela

Escola Superior de Administração Hoteleira da Universidade de Las Vegas, em Las Vegas, Nevada, USA.

PROJETO DE LEI Nº 754/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos isentas do pagamento de quaisquer taxas estaduais relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, do estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que tem por objetivo isentar as pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos do pagamento de quaisquer taxas estaduais relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, emitida pelo Departamento de Trânsito - DETRAN, do Estado do Paraná.

Essa medida, além de ser da maior justiça, vai ao encontro das diretrizes traçadas pelo Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10741/03), constituindo-se um ato de valorização do verdadeiro exercício da cidadania.

Vale salientar da existência da Lei nº 4085, de 10 de março de 2003, que trata da matéria.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 755/2007
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Associação de Moradores das Vilas Tupinambá, Vila Maria, Vila Jardim, Jardim Higienópolis, Jardim Capanema e Jardim Hermínia com sede no município de Guarapuava e foro de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores das Vilas Tupinambá, Vila Maria, Vila Jardim, Jardim Higienópolis, Jardim Capanema e Jardim Hermínia foi fundada em 03 de setembro de 1997, têm por finalidade a prestação de serviço sócio-comunitário aos moradores das vilas citadas.

Destacamos a constante e importante atuação desta entidade perante seus representados, com êxito compro-

vadamente alcançado em todas as suas realizações. Dentre elas estão programas de Clube de Mães e Geração de Renda, Pastoral da Criança, Grupos de Dança com Jovens e Adultos e Grupos de Terceira Idade.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ 02.144.585-0001-49, e pela sua comprovada importância e representatividade merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como utilidade pública do estado do Paraná.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 752/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo 6º do artigo 2º da Lei Complementar nº 107 de 11 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º Todos os atos normativos emanados do Governo do Estado ou da Secretaria da Fazenda Estadual, relativos à arrecadação de tributos ou procedimentos fiscais, somente serão exigíveis após dez dias da data em que estiverem disponíveis on line no Diário Oficial, salvo se a norma contiver prazo de entrada em vigor superior a este”.

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Os atos relativos às finanças públicas e arrecadação de tributos do estado do Paraná constantemente surpreendem contabilistas e empresários causando transtornos e prejuízos.

Isso porque, determinada norma (lei, decreto, portaria) era enviado ao Diário Oficial do Estado e publicado passando a valer da data da publicação. Ocorre que o Diário Oficial circulava oito dias depois, quando diversos atos jurídicos já haviam se concretizado sob a orientação de lei não mais vigente, causando imensas dificuldades na regularização de contratos, compras e outros negócios.

Com a edição do Diário on line, a situação não melhora, isso porque, as normas salvo aquelas que vieram com observância de *vacatio legis*, entrarão em vigor na data em que estiverem disponíveis.

O Governo precisa observar, porém que a era da inclusão digital ainda não se concretizou. A norma deve se adequar à situação do grande escritório de contabilidade da capital do estado, mas também do contador do interior de Reserva e de Ipiranga, onde não há provedores

de internet, e o acesso se faz através de meio discado e interurbano, e ainda com muita dificuldade, posto que a maioria dos escritórios e profissionais não conta com equipamentos de alta performance capazes de acessar tantas páginas de diário sem interrupção ou muita demora.

Por outro lado, não são só os pequenos profissionais que sofrem com a entrada em vigor imediata de uma norma tributária. Grandes redes atacadistas que possuem sofisticados softwares também possuem dificuldades desta natureza, pois precisam contatar os especialistas em informática para que estes venham adequar o programa existente com as novas normas. Essas questões não são resolvidas em horas, mas sim em dias.

Desse modo é essencial que o conhecimento e aplicação da lei se façam de forma compatível com os meios de acesso da população.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Partido Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No ano de 2006 vivemos um amplo debate no estado do Paraná com relação a criação das unidades de conservação. Uma ação do Ministério do Meio Ambiente, aonde tinha o IBAMA conduzindo todo esse processo de demarcação, de apontamento, donde seriam essas áreas de preservação ambiental no estado do Paraná. Alegava-se que um número significativo de pinheiros e araucárias faziam parte dessas unidades de conservação, onde no meu modo de ver, proprietários que há muito tempo mandam e comandam, e têm essas áreas em seus nomes, acabaram fazendo a preservação dessas araucárias no decorrer de todo esse tempo. E agora o IBAMA veio, e acabaram, no final de tudo, depois de uma ampla discussão, de mobilização dos proprietários, acabaram criando por decreto essas unidades de conservação.

Posso dizer, Sr. Presidente, um número significativo de araucárias, de imbuías, de perobas, fazem parte dessas unidades de conservação. Mas pasmem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nessa discussão o Governador do Estado do Paraná era um dos defensores da criação dessas unidades de conservação. E lá em Ponta Grossa, o escritório regional do IAP, também somado à idéia do Governador, como também à idéia do Ministério do Meio Ambiente, apoiava a criação dessas unidades. Mas na manhã de hoje, Deputado Dobrandino, Deputados da Base do Governo e Deputados de Oposição, a

Polícia Civil, Sr. Presidente, tomou conta das residências de vários funcionários do IAP de Ponta Grossa, e prendeu, Sr. Presidente, vários funcionários, integrantes de uma ONG lá do município de Ponta Grossa. E, naturalmente, através de uma investigação que foi feita por uma sindicância e uma auditoria que foi feita nos papéis que compõem o IAP de Ponta Grossa, acabaram chegando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui eu peço atenção, Deputada Beti, que autorizaram ilegalmente o corte de 36 mil araucárias, repito Deputado Jocelito, 36 mil araucárias.

Deputado Rossoni, para ter uma idéia, são 27 mil e 600 m³ de araucárias que a Chefia do IAP de Ponta Grossa, do Escritório Regional do Meio Ambiente, e é uma pena que não tenhamos aqui a presença do Cheida, que foi também Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, porque a autorização que essa chefe do escritório, em conjunto com os funcionários do IAP, trouxe um dano ambiental para o nosso estado do Paraná muito maior do que aquele que se discutia no momento da formação das unidades de conservação. O número de pinheiros que o escritório autorizou cortar, é maior que o número de pinheiros que estão dentro destas unidades de conservação.

A chefe do escritório, Sr. Presidente, está com mandado de prisão. E ela sumiu do mapa. A Polícia não conseguiu encontrá-la, e dizem, todos aqueles que ouviram os meios de comunicação no dia de hoje, chegavam informações até nós nestas últimas semanas e meses, que apontavam uma série de irregularidades dentro daquele escritório. Só que não havia uma sindicância. E como uma auditoria estava sendo feita, nós aguardamos, com responsabilidade, o resultado de tudo isto. E o resultado final foi a ordem de prisão para a Chefe do escritório regional de Ponta Grossa, que se chama Elma Romanó, que é apontada como a chefe de todo este esquema que lá foi montado. O representante de uma ONG, chamado Planeta Azul, foi preso. Tem um Engenheiro Florestal que foi preso. Também um funcionário de carreira e 5 pequenos madeireiros que estavam envolvidos neste esquema de corte ilegal de pinheiro araucária.

Está aí, Srs. Deputados, uma pena ver 36 mil araucárias deitadas, cortadas, sem autorização legal, e sim uma autorização ilegal, que foi dada por este time inteiro que compõe o IAP de Ponta Grossa, e o Núcleo Regional do Meio Ambiente, que todos juntos conseguiram trazer um sério prejuízo para o estado do Paraná. E agora, pergunto: vamos ver o que o Governador Roberto Requião vai fazer com estas pessoas que ele indicou para ocupar a chefia lá de Ponta Grossa e o resultado de tudo isto, com este grande prejuízo ambiental. Muito obrigado Srs. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. DEPUTADO TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes.

Vou usar o Pequeno Expediente hoje, embora eu esteja inscrito no Grande Expediente também. E o Grande Expediente está destinado a receber diversas pessoas que estão na tarde de hoje aqui na Assembleia Legislativa: representantes dos fóruns permanentes de combate à violência, Alexandre de Lima Moraes, estão conosco, aqui, Presidente da Associação de Moradores de Colombo; representantes da Igreja São Miguel Arcanjo; Diretores de Colégios de Colombo; o Sr. Sebastião, que é avô do Alexandre e a professora Joana, que é mãe deste aluno que foi assassinado em maio do ano passado e que deu seu nome ao fórum permanente, Alexandre de Lima Moraes, de combate à violência. O professor Adão é um dos representantes do fórum em Colombo, aliás, preside o fórum em Colombo, está aqui conosco entregando aos Srs. Deputados - já fizemos a entrega ao Sr. Presidente - uma cartilha com o resumo do que foram debates, com os abaixo assinados. Estão também junto a esta cartilha das pessoas de Colombo se manifestando com relação a casos que aconteceram nesta cidade.

Mas, antes, pretendo fazer um breve relato da visita que fizemos ontem até Cascavel, por conta do ocorrido no domingo, 12h30 e que foi alvo de intenso debate. Inclusive o Deputado Péricles me falava, hoje pela manhã, durante a abertura da 7ª Conferência Estadual de Assistência Social, o debate que foi feito nesta Casa a respeito da situação na qual se encontram algumas pessoas em Cascavel, porque é de conhecimento de todas as senhores e senhores que na madrugada de domingo houve novamente uma ocupação na área da Syngenta, uma área que já havia sido ocupada por duas vezes e desocupada por força de medidas judiciais, mas uma área onde se faziam experimentos há alguns anos, já, embora esta área não respeitasse aquilo que determinava anteriormente as recomendações do CONAMA, que eram os 10 quilômetros de área de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu.

Essa situação me preocupou muito. Embora entenda que há posições diferenciadas, mas o que assisti em Cascavel na tarde de ontem, visitando a pessoa que foi baleada, o que houve não foi uma tentativa de desocupação de área. O que houve foi uma determinação para que houvesse a execução de determinadas pessoas.

No entanto, isso poderá criar um grande debate e contradição, mas a realidade é que não havia um mandado judicial expedido para que a força pública fizesse a reintegração.

As pessoas que desceram do ônibus não pertenciam à segurança da Syngenta. Em nota pública, hoje, a Syngenta afirma que lamenta o ocorrido com a morte de uma pessoa dos sem-terra e de uma pessoa que estava no

grupo, e fez o ataque àquela área. Mas não pertenciam à segurança da Syngenta. O que é extremamente grave.

As notícias que ouvimos no domingo davam conta que houve um confronto na reocupação da área. Isso não é verdade! Não houve confronto às 6h30 da manhã. O que houve, a partir do meio-dia e meia, um número de 40 pessoas, só na guarita, dispararam mais de 50 tiros, todos com armas de grosso calibre. Foi arrancado o portão da Syngenta e, com canos de ferro, as pessoas que não puderam fugir, ou foram, como é o caso da Isabel, que pulou a janela, foi espancada e depois um tiro à queima roupa foi disparado na sua cabeça. Quando ela levantou a cabeça sentiu que atingiu o seu olho. Ela perdeu um olho e está com uma bala no pulmão. Outras 5 pessoas foram espancadas. Uma pessoa que trabalhava junto aos sem-terra levou 8 tiros dentro do carro. Ou seja, o que vimos ontem comprova que não houve tentativa de desocupação. O que vimos ontem comprova que o que estava sendo feito lá era uma orientação explícita, inclusive dita pelo chefe dos seguranças, se é que podemos chamar de segurança. Infelizmente a pessoa que morreu era um entregador de pizza.

Pergunto aos senhores: entregador é segurança armado para retirar pessoas, independente da nossa posição? Podemos sair pela periferia, juntando pessoas para fazer desocupação de área ou de casa, como se não houvesse mais nenhum tipo de força pública no estado do Paraná? Podemos contratar pistoleiro para fazer isso? O que vimos ontem, talvez seja um dos casos mais graves da história do Paraná.

Conversando com o Comando da Polícia em Cascavel, o Major que nos recebeu tem 3 linhas de investigação. A primeira, que teria havido um revide por parte dos seguranças amigos daqueles que haviam saído da área da Syngenta. A segunda, é que havia uma disputa entre aqueles grupos e, a terceira, é que a sociedade rural, o oeste do Paraná, havia orientado para que fosse feito o despejo, com inclusive orientação de assassinato daquelas pessoas que estavam lá e eram líderes. Essa é a afirmação mais grave e acho que a Polícia Militar e a Polícia Federal vão fazer por onde essas investigações caminhem.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

É extremamente lamentável que o Fábio Ferreira de Souza, um entregador de pizza, uma pessoa pobre, como pobres são aqueles que estavam na área, tenha morrido na tarde de domingo, mas é extremamente triste, também, vermos que as balas não foram dirigidas apenas a esse ou àquele, elas foram dirigidas às mulheres grávidas que estavam lá, foram dirigidas às crianças que eu conversei, com 4, 5 anos. Foram dados tiros em direção a essas crianças. Os tiros foram dirigidos, também, às pessoas de idade, enfim, a todos que estavam lá.

Se não levarmos em conta o que aconteceu na área da Syngenta que, hoje, em nota, eu repito, não só lamenta o acontecido, mas repudia a ação violenta feita por bandos não orientados pela própria Syngenta, não seguranças da Syngenta, mas pessoas contratadas, sabe lá por quem, para fazer esse tipo de ato. Se não levarmos em conta isso, estaremos entrando numa espiral - como disse aqui o Deputado Elio Rusch - numa espiral de violência sem precedentes no estado do Paraná.

Acho e vi, hoje, nos jornais, que há uma acusação feita ao Governo do Estado por não fazer desapropriação nas áreas, embora haja uma desapropriação a cada semana que vem sendo feita, Srs. Deputados. Acho, também, que temos, sim, um problema com a reforma agrária. Hoje, há recursos suficientes, Deputado Rossoni, para comprar áreas, há recursos e há pessoas querendo vender áreas e não sei exatamente por quê isso não acontece. O senhor que tem uma área na região de Bituruna sabe que se um proprietário quer vender e se o estado quer comprar, não é muito difícil de se chegar a um acordo, até porque só se compra pelo preço ofertado.

O que me preocupa é que essa ação em Cascavel, especificamente, já vem de algum tempo. Quem participou da Jornada da Educação, há algum tempo, no dia 30 de novembro de 2006, viu. Quem não participou, viu pela televisão o encerramento da Jornada da Educação, pela reforma agrária, promovida pelo MST, quando os trabalhadores rurais foram agredidos por integrantes da Sociedade Rural Oeste e que, na sequência, Deputada Rosane, pessoas dessa mesma sociedade falaram que, tanto o trabalhador rural morto no domingo como o outro que foi atentado contra a sua vida e que não conseguiram matá-lo, os 2 - isso dito dentro da delegacia - estavam jurados de morte. Ora, como que alguém pode falar isso e sair de dentro de uma delegacia como se não estivesse acontecendo nada?

Então, é preciso que a Polícia Federal, que a Polícia do Estado do Paraná, é independente das ações que já tem que ser tomadas e que estão sendo tomadas em nível judiciário, que essas políticas tomem providências extremamente duras para que as pessoas da região de Cascavel não venham, num prazo muito curto de tempo, lamentar acontecimentos mais graves.

Eu sei que temos posições dirigentes e é necessário que seja assim, até porque defendemos situações divergentes, mas aqui absolutamente ninguém defende que pessoas, sejam elas do Movimento Sem-Terra, sejam elas do movimento ligado aos fazendeiros, entrem em áreas fazendo um assassinato seletivo, como aconteceu no domingo ao meio-dia e meia.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero, depois, passar às notas taquigráficas um histórico do que foram esses fatos que antecederam aos acontecimentos de ontem. Além desse que já falei, do dia 30 de novembro de 2006, tivemos, na sequência, outros fatos graves. Temos, inclusive, aqui, declaração feita pelo Sr. Alessandro Meneguel, que é Presidente da Sociedade Rural

Oeste, à Folha On-Line, que disse que em cada nova reintegração de posse, que a Justiça determinar e que o Governo não cumprir, os próprios ruralista vão retirar os sem-terra das propriedades. Vamos contratar seguranças e nós mesmos faremos a reintegração. Isso é crime, Srs. Deputados. Não estou no mérito da reintegração, porque acho que se há uma declaração, uma determinação da Justiça, ela tem que ser cumprida e nós sabemos disso. Mas é crime alguém dizer que vai organizar bando de pistoleiro para retirar as pessoas de um determinado espaço. Se isso não for levado em conta, se o Sr. Meneguel não responder por essas declarações feitas, estou dizendo textualmente isso, à Polícia Federal e a Polícia Estadual, estaremos entrando em um processo que culminará com muito mais violência.

Não acho que os trabalhadores rurais tenham que se armar - sou contra! Os trabalhadores rurais agem, como já se falou que têm que se armar. Não é por aí que temos que resolver o problema da reforma agrária. Não acho que aqueles que queiram vender a sua terra tenham que ser impedidos por qualquer razão, mas também não posso concordar em absoluto, que determinadas pessoas acham que possam fazer justiça, a partir de sua premissa. Entendo que há um tensionamento. Entendo que há um processo ideológico extremamente acirrado. Entendo que aquela região é uma região que, pela sua história em todo o oeste do Paraná, já vem há muitos anos tendo esse acirramento.

Entendo também de que quando participei da CPI da Terra fizemos uma proposta, Deputado Elio Rusch, o senhor que foi Presidente desta comissão. Houve por bem a CPI entender que não deveria ser necessário, que ela fosse levada à frente e que nós poderíamos através da ITCG resolver algumas situações, que era fazer um resgate da titularidade das áreas que temos no estado do Paraná. O estado do Paraná. O estado do Paraná tem 21 milhões de hectares de terra, Deputado Elio Rusch - que me corrija se eu estiver errado - ditos na CPI da Terra, apenas 18 legalmente titulados, ou seja, 3 milhões de hectares de terra ninguém sabe com quem e onde estão. É claro que não significa que essa terra toda seja ilegal, esteja ilegalmente na posse de algumas pessoas. Mas há também esse processo feito nos últimos 20, 30, 40 e 50 anos, particularmente, na região oeste do Paraná.

Por isso, Srs. Deputados, acho que mais do que apenas repercutirmos esse ou aquele lado, mais do que lamentarmos as mortes que vimos e que acompanhamos, ontem, as pessoas feridas - como aliás fiz isso na tarde de ontem também com a Isabel - é preciso que tenhamos uma ação dentro da Assembléia Legislativa. Vou solicitar ao Deputado Bühner, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para que possamos fazer uma Audiência Pública e ouvir todos os lados, assim, como fez a comissão da Câmara Federal, na última quinta feira.

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Tadeu, entendo o seu posicionamento. O seu posicionamento é perfeito. Eu vivi isso, ainda quando jovem.

Quando iniciei a minha carreira política, o meu município teve graves problemas fundiários, não com a reforma agrária, com os assentamentos. Hoje, no meu município, tem 5 assentamentos, onde tenho o meu trabalho. Tenho um relacionamento muito bom com o movimento, no município onde tenho origem. Tenho grandes amigos que tiveram sucesso no assentamento e hoje estão com sua família vivendo muito bem. Sei o quanto é importante. Antigamente, eu tinha uma visão diferente.

O que me preocupa de tudo isso é que está faltando é autoridade do Governo do Estado, em mediar essa situação, para que não aconteça o que ocorreu. Porque de uma lado o direito da reforma agrária, do outro lado o direito da propriedade e do outro lado, no meio disso, a Justiça. Quem tem que manter a estabilidade, a boa convivência da sociedade, quem tem que estabelecer isso é o Governo.

Ora, V. Exa. está dizendo, Deputado Tadeu, que a cada semana há uma desapropriação.

Tem dinheiro para a reforma agrária? Tem. Será que o Governo, através da Secretaria de Segurança, não tem competência para estabelecer um diálogo? Já estamos vivendo essa experiência há muitos anos. Já deveríamos ter aprendido a conviver com esse problema social e também saber como estabelecer o diálogo. Sinceramente, quero dizer a V. Exa., não como Líder da Oposição, mas como cidadão que tem grandes amigos que obtiveram sucesso através da reforma agrária. Amigos que se criaram junto comigo, foram à escola junto comigo.

Acho que nesse momento, a voz firme do Governo, sem estabelecer e aguçar esse acirramento de ânimos, o Governo tinha que entrar agora e estabelecer um diálogo com as partes, cada uma no seu lugar. Há uma lei para ser cumprida. Porque, se persistir isso, Deputado Tadeu, vamos ver mais desgraça. E depois de acontecer, não adianta, nós Parlamentares, subirmos à Tribuna e queremos, não é o caso de V. Exa. e acredito não ser o meu caso, e não quero fazer uso do que aconteceu. Mas, isso não é bom para ninguém, para os nossos netos, os nossos filhos, para a nossa sociedade, para o povo paranaense. Somos um povo ordeiro, trabalhador, e acredito muito nisso. Acredito sinceramente que V. Exa, até pelo apoio que concebe ao Governo do Estado, levasse um apelo dos Deputados de Oposição ao Governo, que estabeleça urgente o diálogo e restabeleça a lei.

Não adianta estarmos aqui querendo dar interpretação para a lei. Neste momento, estabelecer o diálogo, uma trégua, porque senão, no final da semana que vem, teremos outras notícias.

Agradeço e cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Quero dizer que lendo os jornais fiquei horrorizado. Se isso acontecesse há 20 anos atrás, era início dessa experiência. Hoje, não temos mais direito de fazer

experiência. Temos direito sim, obrigação sim, de agir dentro da lei. E o Governo em vez de dar declarações a jornais, estabelecer o diálogo. É o Governo que tem que impor a sua autoridade.

Obrigado pelo aparte.

O SR. TADEU VENERI

Obrigado, Deputado Rossoni.

Eu encerro, até porque, quero usar a segunda parte do Grande Expediente mais especificamente para o fórum que está aqui Deputado Rossoni.

Encerro lembrando mais uma vez aquilo que a Syngenta afirmou no dia de ontem, por meio da sua assessoria, a Syngenta lamentou profundamente as duas mortes. Esclareceu que em nenhum momento autorizou o uso de forças e de armas para manter a segurança do local. Informou ainda que só irá se pronunciar sobre o caso após a conclusão da investigação da Polícia sobre as mortes.

Ontem, o Governo do Paraná - por meio da Secretaria de Segurança Pública - continua a nota com relação àquilo que está nos jornais hoje, que fala sobre as afirmações da OAB de Cascavel.

O que penso neste momento, Srs. Deputados, e ontem o Deputado Elton Welter, o Deputado Péricles, já usaram esta tribuna, o Deputado Elton Welter inclusive esteve na região no domingo, é que nós temos aqui nesta Assembleia Legislativa, temos um papel. E esse papel não pode ser o de ficar olhando passivamente a cada conflito o número de pessoas que estão sendo enterradas.

Mais grave ainda, as declarações do Sr. Alessandro Meneghel são extremamente graves: “nós não precisamos ter ninguém que chame para si a truculência de dizer eu faço. O filme que está passando e que para alguns pode ser referência Tropa de Elite é apenas um filme, que deve ser visto como um filme. Talvez alguns tenham se entusiasmado com isso e acharam que é possível pegar armas e sair matando por aí. Mas, como não tem condições de fazer diretamente, contratam esses miseráveis, coitados, entregadores de pizza. Vejam os senhores, pegaram um entregador de pizzas para sair e fazer parte de um grupo.

Deputado Luiz Carlos Martins, o senhor que acompanha bastante as situações, vai retirar pessoas que sabidamente possam estar armadas também de dentro de uma fazenda. Isto é usar a pobreza, isto é usar a miséria, e quem faz isto é mais criminoso do que aqueles que mataram. Porque aqueles que mataram, mataram a mando de alguém, não foram lá por conta própria, não se organizaram contratando um ônibus escolar, não se organizaram contratando uma van, não conseguiram, são pessoas que vão quase que de chinelo de dedo, não conseguem pistola ponto 40, não conseguem Deputado Luiz Carlos Martins, porque não tem nem dinheiro para isto. E sabe-se que no domingo de manhã já corria em Cascavel, Deputado Pugliesi, conversas na periferia que pessoas estavam sendo recrutadas para fazer um ato de reintegração de

posse - meu Deus do Céu! Como que se faz reintegração de posse sem que a Justiça autorize, sem que a força pública faça isto?

Então, eu acho que nós estamos no limite, como disse aqui o Deputado Rossoni, e é preciso sim, acho que o estado tem que fazer o seu papel de buscar imediato (sic), não tenho dúvida disto. Mas antes de qualquer coisa é preciso que exemplarmente se apure, Deputado Péricles, aqueles que são responsáveis por esta tragédia que poderia ter sido muito maior, se não houvesse a chuva muito forte no horário em que chegaram - Deputado Elton Welter, que o senhor esteve lá e conversou com as pessoas também, na hora que chegaram a Van, o ônibus e outro carro - se não houvesse uma chuva muito forte e as pessoas não tivessem se abrigado no barracão nos fundos e não estivessem em 15 pessoas dentro da guarita que, aliás, recebeu mais de 50 tiros, nós teríamos tido um número muito maior de pessoas mortas.

Conversei ontem, por exemplo, com o pai de uma das crianças que estavam lá e a criança não larga mais da mão dele, porque tinha medo que os homens, segundo este menino de 4 anos, que os homens voltassem. Não é este tipo de coisa que nós queremos, não é este tipo de sociedade que nós admitimos e não vai ser este tipo de gente que vai fazer com que a justiça seja feita por suas próprias mãos ou então estaremos definitivamente na barbárie. Aí não precisa estado, aí não precisa Assembléia Legislativa, aí não precisa mais judiciário, aí não precisa mais nada, aí é o seja o que Deus quiser, e obviamente que ninguém quer isto.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo, Deputado Tadeu Veneri, pelo seu pronunciamento, sereno, mas um pronunciamento verdadeiro, com conteúdo, do que realmente aconteceu em Cascavel e que pode vir a acontecer coisas muito mais graves.

Na verdade, acho que fica demonstrado para todo o Paraná e para todo o país que é uma ação deliberada de classe social mesmo, de ataque ao Movimento Sem Terra, violência, morte.

Acho que devemos exigir, Deputado Tadeu, fazer um ofício aqui, exigir do Governo Federal, do Ministro da Justiça, uma apuração rigorosa desses fatos, porque existem muitas coisas já, como o senhor mesmo disse, declaração de lideranças ruralistas, para chegar em quem são os mandantes desse ato. E a mesma coisa deve ser feita, a minha solicitação, exigência, ao Governo do Estado. Isto nós temos que fazer. Não é possível mais suportar tais tipos de ações. Eu falava ontem, me referi à questão da violência que aconteceu contra o filho de um jornalista esportivo aqui em Curitiba por seguranças privados. Estas coisas todas se relacionam. Se não tomarmos atitudes deste nível, tenho muito medo que as coisas no Brasil comecem a descambar cada vez mais, e justa-

mente contra quem? Contra pessoas mais pobres, mais desfavorecidas, como sempre foi a Justiça brasileira na sua história, uma Justiça de classe social.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Me somo às suas preocupações e vamos juntos exigir do Governo Federal, bem como do estado, que tomem as providências cabíveis e urgentes neste caso.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Muito obrigado, Deputado Péricles.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o senhor recebeu hoje, nós pudemos entregar, o professor Adão entregou ao senhor uma cartilha como eu relatei no início, a Deputada Luciana Rafagnin também, os demais Deputados, o professor Adão que está aqui, quero pedir desculpas, não só ao professor Adão, como também aos nossos visitantes, mas não poderia, o horário de hoje era para ser dedicado integralmente ao tema, Deputado Elton, da violência em Colombo, e ao Fórum Permanente de Combate à Violência, como citei aqui Alexandre de Lima Moraes que está aqui presente, o seu avô, a sua mãe, sejam muito bem-vindos, mas não poderíamos deixar de registrar os lamentáveis fatos ocorridos no domingo.

Esse fórum que nasceu por conta, justamente, daqueles que vêm a violência crescendo nas escolas, na rua, a violência muitas vezes impune, ao invés de apenas lamentar, essas pessoas estão se organizando, fazendo fóruns, fazendo movimentos, movimento esse que culminou com a 1ª Conferência Municipal de Colombo sobre a Educação e a Violência, que ocorreu nos dias 17, 18 e 19 de agosto do corrente ano.

Esse fórum nasceu com o objetivo de buscar soluções a médio e longo prazo para os problemas decorrentes da violência. Todos sabem que Colombo é uma cidade que sofre com inúmeros problemas decorrentes inclusive do seu crescimento desordenado, sofre com a pobreza, não que ela gerou, mas as pessoas são retiradas de suas cidades de origem, por temas correlatos a esse que falávamos no início, são retiradas da periferia das cidades maiores e são colocadas, quase à revelia, nas cidades que compõem a região metropolitana de Curitiba.

O Deputado Professor Luizão, que é de Pinhais, sabe que também em Piraquara o problema é semelhante. A violência não está isolada num determinado município, a violência está se tornando quase que uma cultura, por isso, quero parabenizar aqui todos os diretores que assinam esse manifesto, além obviamente dos moradores, do Presidente da associação, dos representantes de classe, mas todos os diretores que assinam esse manifesto: Dos Colégios Abraão Lincoln, Alfredo Chaves, Antônio Lacerda Braga, Bento Munhoz da Rocha, D. João Bosco, Eugênio Moreski, Guaraituba, Helena Kolody, Heráclito, João Breno, João Ribeiro de Camargo, Júlia Cavassin, Luiz Sebastião Baldo, Plínio Monteiro Tourinho, Aulino Costacurta, Rui Barbosa, Tancredo Neves, Vila Liberdade, Zumbi dos Palmares, Vinicius de Moraes, Ulisses Guimarães. O exemplo que vocês dão hoje é o contra-

ponto daquilo que eu falei até agora.

O exemplo que vocês dão, organizando a sociedade em busca de soluções, de saídas e de civilização, é exatamente o contrário daquilo que nós vimos, ouvimos e repercutimos aqui, porque ao invés de cada um de vocês que estão aqui apenas pensarem em revidar, muitas vezes vocês sabem inclusive, nós sabemos que muitas vezes assassinatos podem não ser publicamente comentados, mas sabemos como assassinatos são perpetrados, quem são os responsáveis pelo assassinato, muitas vezes nos sentimos impotentes até para resolvê-los, porque não é segredo para ninguém que há envolvimento de diversos setores da institucionalidade em muitos crimes que acontecem, sejam de maior, menor ou médio poder ofensivo, mas que acontece, seja assassinato, roubo de carro, às vezes até uma extorsão pequena, mas ela é feita muitas vezes com a institucionalidade. E, ao invés de ficar em casa reclamado, ao invés de apenas lamentarem e enterrarem os seus mortos, ao invés de apenas procurarem, individualmente, uma saída, o que estas pessoas estão fazendo aqui é coletivamente mudar a cultura de Colombo e da região metropolitana. E isto, sem dúvida nenhuma, não tem, absolutamente não tem, quem possa ser, em nenhum momento contrário porque esta atitude é uma atitude cidadã, é uma atitude que visa resgatar aquilo que o ser humano tem de melhor, que é a generosidade.

Se conseguirmos, através do exemplo de Colombo, ter na generosidade destas pessoas um exemplo para Curitiba e para a região metropolitana, não só iremos deter a violência que hoje é uma espiral, mas iremos também não lamentar mais casos, como disse aqui o Deputado Péricles, como os Deputados comentaram, Deputado Luiz Carlos Martins, que na quarta-feira passada já havia comentado, e não iremos mais ter casos como aquele que aconteceu com o filho, infelizmente, de uma pessoa ligada a área esportiva, e que de uma forma bárbara foi praticamente executado. O que estou dizendo, aqui, é que temos, na verdade, não uma solução, mas uma das soluções, que é envolver toda a comunidade.

O Sr. Miltinho Pupio (PSDB) (Aparte)

Ouçõ com muita atenção o seu pronunciamento, e até podemos esquecer um pouco da Syngenta. Temos outros casos no estado do Paraná nas regiões norte e noroeste, que não são diferentes, que tem e vai continuar tendo segurança nas propriedades. Agora, qual é o caminho que eu acho? O Rossoni colocou, falar com o Presidente Nelson Justus, fazermos uma Comissão de Deputados e marcarmos uma reunião com o INCRA, o Governo Federal e o Governo Estadual, porque estamos colocando a culpa só no Governo do Estado, que está sendo omisso nessa questão. Vejam bem, prometem que vão fazer assentamento e na verdade os coitados dos sem-terra ficam em baixo da lona preta na beira das rodovias.

Sou a favor do assentamento, não sou contra de cada um ter o seu pedaço de terra. Inclusive, em Dia-

mante do Norte, comprei lona preta junto com o Prefeito para poder cobrir as casas dos que estavam lá naquela região do noroeste do estado. Agora, não adianta ficarmos discursando e não resolvermos o problema, porque não somos nós que resolvemos, nós podemos reivindicar, mas quem resolve é o Governo Federal e o Governo Estadual, porque o INCRA inclusive tem recursos e tem gente para que possam sentar e negociar.

Tem muitas fazendas para vender no estado do Paraná e no Brasil. A questão é negociar, alguém para ir até lá fazer a vistoria, sentar com o proprietário e vamos comprar e vamos pagar. Precisa alguém que chegue até o proprietário e até os sem-terra para negociar. Aí sim vamos viabilizar a questão da reforma agrária no estado do Paraná. Também sou a favor, tem muitas fazendas e muitos fazendeiros que não são donos de fazenda, que não conhecem a fazenda. Essa fazenda, vamos fazer vistoria, não é produtiva, vamos negociar, vamos pagar vamos assentar esses coitados que precisam da terra para trabalhar. E fazer uma reforma agrária, federal, estadual e municipal, porque você chegando lá no Prefeito, ele conhece quem é o trabalhador, conhece quem é da terra e quem vai produzir na terra, porque não adianta dar terra para um mecânico, para um escriturário que não sabe plantar um pé de milho, sendo que tem tantos que precisam e às vezes não têm oportunidades.

Acho que poderíamos fazer essa comissão, sentar com o pessoal do INCRA, com o pessoal do Governo e levarmos isso até o Governo Federal para resolver e viabilizar.

Estou com um pedido de reintegração de posse que já foi feito e foi dado, onde o Sr. Hermes tem 180 alqueires de terra, tem lá metade de morro, 30 alqueires de terra, com 200 cabeças de gado e está vivendo de nada e está morrendo de fome. Como é que vamos deixar esses pessoal dentro da propriedade desse coitado? Não, vamos negociar, vamos sair dessa propriedade, mas vamos arrumar um lugar para eles.

Acho que o direito de propriedade tem que ser respeitado, como o sem teto tem direito de ter um pedaço de terra dele, o proprietário também tem que ter o direito de propriedade. Não é só no Paraná, o país todo tem esse problema. E se não forem tomadas as providências, situações iguais a essa que aconteceu nesse final de semana vão acontecer em outros lugares.

Conheço muitas propriedades que já têm segurança. O meu pai, por exemplo, mora na fazenda, nós não temos segurança, mas como ele vai fazer se chegar aquele monte de gente lá com machado, foice e facão? Meu pai vai sair correndo? Aí eu não sei.

Obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado Tadeu já usou o Pequeno e o Grande Expediente. Foram 40 minutos.

O assunto é palpitante, mas se ficarmos, não avançamos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Apenas para concluir. Peço desculpas ao Deputado Mauro Moraes. Na sequência fará uso do Horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pois não, Deputado Mauro Moraes, o senhor está com a palavra.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Sr. Presidente, não era para o senhor permitir a extensão dos que já estavam inscritos com o aparte, mas como V. Exa. já encerrou, obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos visitantes. E uma alegria mais uma vez subir a esta tribuna para falar sobre as ações que temos desenvolvido como Deputado representante do povo do Paraná.

Em especial quero falar sobre dois assuntos: sobre a reunião que participamos ontem na UNALE, representando todos os Deputados desta Casa, a União Nacional dos Legislativos Estaduais. A Executiva, juntamente com a sua diretoria, reuniu-se na manhã e na tarde de ontem, em Brasília, na nossa capital federal, para tratar de assuntos de interesse de todo o povo brasileiro.

De forma especial, Sr. Presidente, ontem estivemos visitando, na parte da tarde, no Senado Federal, o Presidente em exercício, o Senador Tião Viana, para tratar justamente da PEC-13, a partir do encaminhamento de alteração constitucional feito pelo Deputado Vicentinho Alves. Do que trata? Qual é o assunto?

A partir de 1996, com a PEC-15, as assembleias estaduais, de forma definitiva, tiveram diminuída a sua capacidade de legislar. Essa emenda constitucional permitirá que os legisladores estaduais tenham resgatado a sua capacidade efetiva de legislar. Dentre outros aspectos, de forma objetiva e principal, nós teremos devolvida a esta Casa de Leis a possibilidade de arbitrar, de analisar e votar emancipações políticas, emancipações municipais, criações de municípios, organizações, algo que há muito deixamos de fazer.

Em 1996, na PEC-15, houve uma série de restrições como: a necessidade de uma lei federal autorizando o processo por uma emancipação política. Há necessidade de autorização da cidade mãe, no sentido de mostrar a sua anuência, no que diz respeito à emancipação política. Evidentemente que isso criou um formalismo absoluto, o que inviabilizou praticamente toda e qualquer emancipação.

A nossa entidade não quer naturalmente que se retome aquela onda desenfreada de emancipação até de pequenos vilarejos, que muitas vezes sequer condição administrativa tinham. Mas, a proposta ora colocada, que pode ser aprovada nos próximos dias e assumiu conosco, com a UNALE, o Presidente Senador Tião Viana, o compromisso de na próxima semana colocar esse assunto, na reunião de liderança, na próxima quarta-feira.

Quais seriam os requisitos para possíveis emancipações? População igual ou superior a 3 mil habitantes; eleitorado não inferior a 1.000 eleitores; centro urbano já constituído com número de casas superiores a 300; arrecadação no último exercício no mínimo 0,005% da receita tributária estadual; limite divisório de pelo menos 5 quilômetros da sede do município de origem.

Essas exigências seriam colocadas, para que pudesse voltar a ser analisando dentro da esfera estadual, por competência das Assembleias Estaduais as emancipações políticas, emancipações municipais, criações de municípios, organizações, algo que há muito tempo deixamos de fazer. Em 1996, com a PEC-15 houve uma série de restrições como a necessidade de uma lei federal autorizando o processo por emancipação política. A necessidade de autorização da cidade mãe, no sentido de demonstrar a sua anuência no que diz respeito à emancipação política. E isso criou um formalismo absoluto o que inviabilizou toda e qualquer emancipação. Nós não queremos, a UNALE não quer naturalmente, que se retome a onda desenfreada de emancipação até de pequenos vilarejos que sequer condição administrativa tinham. Mas a proposta ora colocada, que pode ser aprovada nos próximos dias e assumiu conosco com a UNALE, o Presidente Tião Viana, o compromisso de na próxima semana estar colocando esse assunto na reunião de liderança. Na próxima quarta-feira quais seriam os requisitos para possíveis emancipações.

População igual ou superior a 3 mil habitantes; eleitorado não inferior a 1.000 eleitores; centro urbano já constituído com número de casas superior a 300; a arrecadação de no último exercício no mínimo 0,005% da receita tributária estadual, limite divisório de pelo menos 5 quilômetros da sede do município de origem.

Essas exigências seriam colocadas, para que pudesse voltar a ser analisado dentro da esfera estadual por competência das Assembleias Estaduais as emancipações políticas.

Quais foram as solicitações do Senador que esses Deputados que lá estavam, cada um levasse os seus Pares nas Assembleias Legislativas dos seus estados e que estas fizeram uma mobilização com os seus líderes, a fim de que nenhuma obstrução tivesse na tramitação dessa PEC.

Há interesse sim, desses parlamentares desta Casa de Leis a possibilidade de tratar assuntos diretamente ligados as nossas ações parlamentares no nosso mapa territorial.

Gostaria de solicitar aos nobres companheiros que fizessem contato com os líderes de Bancadas do Congresso Nacional a fim de que na próxima quarta-feira nessa reunião com o Presidente, quando na colocação em pauta desta PEC, desse assunto importante que fizesse as suas análises, as suas ponderações, mas que não criassem nenhuma objeção. No mais, a UNALE vem trabalhando no sentido de resgatar a credibilidade dos legislativos e a sua capacidade de legislar, que nos têm sido tirados, passo a passo, e nós estamos fazendo aqui essa prestação de contas como representantes desta Assembléia junto a nossa entidade, do retrato da reunião que aconteceu no dia de ontem, na nossa Capital Federal, em Brasília.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de falar do assunto principal, quero lamentar o ocorrido no município de Santa Tereza do Oeste: as duas mortes e os 8 feridos naquele episódio. Dizer que não podemos, de forma nenhuma, concordar com esse tipo de violência. Temos que ser a favor da vida e do estado de direito. Temos, principalmente nós Deputados, que repudiar esse tipo de atitude e exigir o cumprimento das leis. Não é possível que pessoas dêem sustentação política, reforcem esse tipo de atitude, porque desse forma estaríamos incentivando que as pessoas se armem de um lado e de outro, provocando um conflito sem fim. Acho que a violência tem que ser contida através do cumprimento das leis, através da intervenção do estado e não incentivando o armamento, enfim, a disputa, pela bala, dessas questões. São pessoas pobres, tanto de um lado, quanto de outro, que infelizmente se digladiam, sendo que por trás existem outros interesses de que pessoas sejam mortas, feridas, sejam tiradas de áreas, enfim, a partir desse tipo de violência.

Quero lamentar esse ocorrido. Devemos cobrar, sim, do estado e do Governo Federal uma investigação profunda para apurar os verdadeiros responsáveis por esse episódio lá na região de Cascavel.

Quero comunicar aos Srs. Deputados e Deputadas que a Frente Parlamentar para a região metropolitana de Curitiba, formada por mim, pela Deputada Beti Pavin, Francisco Bühner e Edson Strapasson, estaremos realizando nesta quinta-feira à tarde o 1º Fórum de Transporte Coletivo de Curitiba e Região Metropolitana. Nós Parlamentares formamos uma frente com Deputados da região metropolitana para discutirmos assuntos relacionados com os municípios da região metropolitana, a integração com Curitiba e o primeiro evento é uma discussão sobre o

transporte coletivo integrado entre Curitiba e região metropolitana.

Nós acompanhamos que, desde 1996, a competência que é do Governo do Estado de gerenciar o transporte intermunicipal foi transferido para a URBS, uma empresa do município de Curitiba.

Há mais de 10 anos esse convênio vem tendo prorrogações constantes, inclusive agora em setembro mais uma vez foi prorrogado o prazo, por mais 1 ano. Enfim, não estamos discutindo, não estamos procurando uma solução definitiva para o gerenciamento do transporte de Curitiba e região metropolitana. Existem muitas questões, muitas dúvidas, pouca transparência no gerenciamento do transporte. Em 10 anos, 11 anos, mais exatamente, muitas coisas aconteceram. A região metropolitana cresceu demasiadamente.

Hoje, a população da região metropolitana se compara com a população de Curitiba e o sistema de transporte coletivo, evidente que apesar de ser comparado com outras regiões do país, é um dos transportes mais eficientes do Brasil. Mas, tem muitos problemas. E temos que procurar uma solução definitiva para o gerenciamento do transporte. Não é possível que um Prefeito de um município da região metropolitana, de Colombo, Pinhais ou de Araucária, de São José dos Pinhais, não tenha a competência, não tenha autonomia nem sequer para mudar um ponto de ônibus, sendo que o seu município participa de uma forma bastante significativa nesse sistema de transporte coletivo.

Então, na próxima quinta-feira à tarde, estaremos realizando em Pinhais, estou coordenando este fórum, a organização deste fórum, junto com a ASSOMECA, junto com o Prefeito de Fazenda Rio Grande, que é Presidente da ASSOMECA, então estamos convidando Prefeitos, Vereadores, usuários do transporte coletivo, associações, e quero estender, neste momento, o convite para as Deputadas e Deputados que se interessarem por este assunto, que quiserem ajudar a contribuir na formulação de um novo modelo de gerenciamento para o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Tadeu, do Deputado Luizão, a preocupação com a violência que toma conta do estado do Paraná.

Na realidade, há uma inversão de valores. Hoje, o cidadão de bem, que paga impostos, tem que ficar trancado dentro de casa, com grades nas portas e janelas, enquanto os bandidos estão transitando livremente pelas

calçadas, pelas ruas, sentando em nossos bosques, em nossas praças. E o Paraná não pode perder, nem para a violência, nem para a falta de competência.

Tem um caso relatado pelo Deputado Tadeu Veneri - o caso de Colombo é um caso - mas não nos esqueçamos que somente em Curitiba e região metropolitana, nesse final de semana, foram 18 mortes. Somente em Curitiba e região metropolitana. Então, nosso pensamento deve estar voltado não para um caso que ocorreu isoladamente, mas para a segurança num todo, que existe em nosso estado, porque na realidade, esta inversão de valores tem que ser mudada imediatamente. Estamos solicitando ao Governo do Estado que aumente consideravelmente o orçamento na área da segurança. Ele já atendeu à solicitação, não só da Comissão de Segurança desta Casa, como de todos os Parlamentares, e está encaminhando um orçamento de 15% a mais na área de segurança, o que equivale a mais de R\$ 120 milhões para o estado do Paraná, que serão aplicados na área de segurança.

Esta é uma ocupação e eu não digo só por se tratar do momento, mas sim por se tratar de uma constante preocupação nossa - minha e de toda a Comissão de Segurança. Com referência a Colombo, que o Deputado Tadeu frisou nesta tribuna, o nosso Parlamentar que representa aquela região, o Deputado Strapasson, já solicitou uma Audiência com a Comissão de Segurança, que será realizada no mês que vem. Eu convidaria também o Deputado Tadeu, Deputado Luizão e os demais Deputados do PT para que compareçam amanhã na Audiência que haverá em Campo Mourão. Não é que esta Casa não está fazendo não é que a comissão não está reagindo, mas é que a violência existe em qualquer lugar e não devemos nos reportar a um caso porque envolveu pessoas que ocuparam uma fazenda e sim as dezenas e milhares de pessoas que são mortas diariamente não só no estado do Paraná, mas em todo o Brasil.

E de um modo especial, Sr. Presidente, me referir à questão de Foz do Iguaçu. Pasmem senhores, mas quase 80% das drogas, munições e armas que são distribuídas para todos os estados brasileiros passam pelo Paraná, passam por Foz do Iguaçu. Isso é uma vergonha! O Governo Federal deve tomar providências imediatas, aumentar o efetivo da Polícia Federal e usar até, se for possível, o Exército Brasileiro, mas esta situação não pode continuar, porque o Paraná não pode perder nem para a violência e nem para a falta de competência.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, amigos da Mesa, Deputados, Deputadas, senhoras e senhores.

O que me traz à tribuna são dois assuntos. O primeiro, na realidade, queria externar a minha opinião a respeito do pronunciamento do Deputado Artagão, de quem eu gosto e respeito bastante, que é a proposta que a UNALE tem de ampliar o número de municípios ou flexibilizar a criação de municípios. Considero que, de modo geral, muitos municípios no Brasil foram criados sem a devida estrutura necessária para que funcionasse e essa proposta, na realidade, vai abrir esse precedente novamente, porque por mais que o critério seja 3 mil habitantes, é muito pouco; no mínimo 1.000 eleitores é muito pouco; no mínimo 300 casas é muito pouco! Você teria que criar Prefeitos, Secretários Municipais da Saúde, Educação. Tem que criar uma parte administrativa toda, tem que gerar uma estrutura administrativa muito complexa na hora em que se cria um município; Há muito município, hoje, no Paraná que não tem condições de se manter sozinho, e na hora em que você vai flexibilizar isso novamente, vai abrir a oportunidade para se criar dezenas de municípios no Paraná e milhares no Brasil. Acho que deveríamos repensar e não aprovarmos isso. Seria muito ruim na minha opinião, mas é uma opinião e respeito as divergências.

E também, queria abordar novamente a situação da Fazenda Syngenta. Tenho a convicção que essa empresa que faz pesquisa com transgênicos e outros, ela sempre atuou dentro da lei. São 75 hectares, dos quais 53 não podem ser utilizados para nada, porque é uma área de preservação permanente e eu considero que a Via Campesina, que é um braço do MST, agem os seus dirigentes como um bando de bandidos, que usam pessoas simples, humildes e que estão em dificuldades, como massa de manobra e são responsáveis pela morte, infelizmente, de duas pessoas.

Você invade ali por questões políticas, trata uma reforma agrária por questões: "Vou invadir aqui porque aqui fazem pesquisas com transgênicos". Uma área que nem é apropriada para uma reforma agrária, não é apropriada para ninguém invadir.

Então, esse pessoal da Via Campesina são bandidos, os seus dirigentes, que usam pessoas simples e humildes como massa de manobra. E você vê hoje uma situação de pessoas que produzem, que geram emprego, que estão dentro da lei, sendo ameaçados de um modo geral, não só aqui no Paraná, mas no Brasil. Então, a reforma agrária tem que ser feita para filho de agricultor, aquela pessoa que já tem vocação, tem tecnologia e que a terra está muito cara para ele. Se nós apoiarmos os nossos agricultores, eles vão ter o condições de manter os seus e crescerem na questão da propriedade pequena, que o Paraná é um exemplo para o Brasil. Você quer fazer reforma agrária aonde? Na Fazenda Syngenta? Isso é um crime!

Então, eu queria externar a minha opinião que os dirigentes da Via Campesina são bandidos.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças. PTB. Com a palavra Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero apresentar para os senhores o novo “cemitério” de Ponta Grossa, não sei se dá para ver, bom era colocar um telão aqui, mas não dá. Esse é novo “cemitério” de Ponta Grossa: o Hospital Regional de Ponta Grossa na quinta laje, e esse é o mais novo “cemitério” de Ponta Grossa. Dá para ver? É a quinta laje. Essa inserção do PTB que vai ao ar amanhã, em Ponta Grossa, eu estou mostrando as obras da saúde amanhã, e como ajudei a conquistar essa obra, amanhã eu estarei colocando no ar 40 chamadas do PTB no horário do partido, Deputado Bueno, esse “cemitério” será apresentado. Em primeira mão, aqui para os senhores. Que belo “cemitério”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vi aqui o discurso do Deputado Artagão, fiquei feliz Deputado Artagão, a questão que envolve novos municípios. Estamos aguardando para criar o novo município de São Bento, Caetano Mendes, Alto do Amparo, lá na subidinha quando chega na Rodovia do Café, os senhores que vão ao norte conhecem bem ali, pertence ao município de Tibagi, eles estão quase a 30 quilômetros de Tibagi, estão às margens da rodovia. Tem número de eleitores, tem número de pessoas, tem capacidade econômica, e eu fico feliz de ver aqui que o nosso Deputado Artagão está trabalhando em Brasília para que seja autorizada a Assembléia a fazer isso.

Já estou com tudo pronto, documentos lá em Tibagi, no interior, para tão logo tenhamos condições, vamos apresentar o novo município de São Bento, Caetano Mendes, Alto do Amparo. Tão logo termine esse entrave nacional, vamos apresentar esse novo município que tem população, eleitor e condição financeira, tranquilamente, para fazer esse novo município.

Por outro lado, estava analisando a questão das denúncias que o Deputado Plauto trouxe aqui, uma confusão danada no IAP lá em Ponta Grossa, gente presa, confusão, prisão decretada. Interessante, eu só achei curioso, Deputado Artagão, e aonde estão os caras que compraram as florestas do Paraná? Cadê as florestas do Paraná que foram vendidas e depois se pegou dinheiro a mais, uns pagaram, outros não pagaram? Como vai ficar isso? Não tinha que expedir mandado para prender alguns por aí, que compraram aquelas florestas no Paraná que valiam 30 e compraram por 5? Vai ficar só no ajuste de conduta? Não vai dar nada! Vai ficar só de boca? Nada?

Tinha que expedir ordem de prisão para prender essas pessoas? Será que o Burko, que está comandando o

IAP, um homem sério, não seria hora de parar esse contrato e recuperar as nossas florestas do Paraná, que são entregues para algumas empresas que estão enriquecendo às custas das florestas do Paraná? Quando não podemos ir contra a maioria, registramos aquela indignação nos Anais desta Casa. Finalmente, estou curioso aqui. Acabei de ver a mensagem que o Governador Roberto Requião mandou para cá, com data de hoje, que mexe nas Diretrizes Orçamentárias para enquadrar o Ministério Público a cumprir o que determina a lei.

Chamou a minha atenção isso aqui: *vale lembrar que nos últimos 10 anos os valores destinados ao Ministério Público saltaram de 50 milhões para 274 milhões, conforme informações da Secretaria. Por último, a inclusão pretendida do referido parágrafo ao artigo 41, justifica, diante da constatação da existência de omissão legal.* É o Governador Roberto Requião escrevendo para nós. *Omissão legal, em face da eventual postergação da aprovação da lei orçamentária, que resultaria na existência de referências para que o estado procedesse qualquer execução orçamentária após o fechamento do presente exercício financeiro, incluindo transferências obrigatórias.*

O Governador Roberto Requião agora está agindo com sabedoria. Mexendo no lugar certo. Não há liminar que vá derrubar agora. Está indo agora na Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde legalmente ele pode mexer, desde que esta Casa aprove. Se esta Casa aprovar, o Governador Roberto Requião vai manter os 3,7 do Ministério Público.

Chamou minha atenção quando ele diz aqui: “omissão legal”. Estão gastando muito. Começo a analisar esse processo, mais fico preocupado com o que temos que votar nos próximos dias.

Para concluir, fico feliz, porque na campanha fui chamado de mentiroso, que esse hospital não iria sair, que era papo furado. Olhem aqui que beleza o “cemitério” de Ponta Grossa. Agüentei tanta coisa na campanha. É o Hospital Regional de Ponta Grossa. O velho “cemitério” vai voltar a salvar vidas. Tenho certeza, certamente vai salvar vidas até daqueles que chamaram isso aqui de “ce-mi-té-rio”!

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto o PDT se fará uso do seu tempo. Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PR/PRB/PV.

(**Todos declinam**)

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Não pretendia fazer uso da tribuna no dia de hoje, mas diante de alguns pronunciamentos feitos nesta tarde,

sou obrigado a retornar a esta tribuna, até para fazer um contraponto.

Quero parabenizar o Deputado Tadeu Veneri pelo seu pronunciamento que, até certa altura, concordo com suas afirmações, porque o Deputado Tadeu Veneri também integrou a CPI da Reforma Agrária, constituída na Assembléia Legislativa, em 2004/2005. Nós visitamos diversos assentamentos no Paraná e constatamos, Srs. Deputados, ficou claro e evidente, que com quem tem vocação com a terra, funciona, trabalham e produzem, mas quem não tem vocação estava num total abandono. Na CPI da Reforma Agrária, o ex-Deputado Bradock foi Relator e chegou ao cúmulo, Srs. Deputados, de visitarmos um dos assentamentos aqui na região de Loanda, num dos municípios próximos, no noroeste do estado, visitar um assentamento em que as famílias que lá estavam assentadas não tinham comida, Deputado Accorsi, não tinham comida! O Deputado Bradock pôs a mão no bolso e deu R\$ 50 para esse agricultor que lá estava assentado para que pudesse alimentar seus filhos, porque eles não estavam produzindo.

Por que eu falo isso? Porque na reforma agrária, no Brasil e no Paraná, há pessoas que recebem um pedaço de terra que nem conhecem o que é terra. Essa é a verdade. O que está acontecendo, hoje, no Brasil e no estado do Paraná? Primeiro, as pessoas que estão assentadas, há 5, 10 anos, Srs. Deputados, e aí cabe o alerta: as pessoas que estão assentadas não são emancipadas, não recebem seu título definitivo, e porque não recebem o título definitivo nos dá o direito de pensar que, a partir do momento que ela receber seu título definitivo, ela se torna independente, ela não depende mais do Movimento. Enquanto ela não recebe, ela é dependente dos Movimentos, seja a Via Campesina ou o MST.

O que está acontecendo na região oeste, lá com a Syngenta? Srs. Deputados e sociedade do Paraná, a Fazenda Syngenta, no Paraná, no município de Santa Tereza, volto ao que eu disse ontem, não é uma fazenda de produção, Deputado Augustinho Zucchi, e V. Exa. conhece muito bem essa área, é uma área de pesquisa. Deputado Romanelli, 123 hectares de terra, 53 hectares são de preservação permanente, apenas 70 hectares são utilizadas para pesquisa e não para cultivo, para comercialização dessa produção. Como é que você vai querer desapropriar 70 hectares de terra para colocar à disposição da reforma agrária? O que precisa ser feito neste Brasil? Restabelecer a tranquilidade, Srs Deputados. Como é que se restabelece a tranquilidade? Em primeiro lugar, deveria se voltar ao que tinha, no tempo do Fernando Henrique Cardoso, quando ele era Presidente da República. Qual é o fato? Área invadida não pode ser objeto, não pode ser desapropriada para reforma agrária. Esse era o decreto que tínhamos no Brasil e isso foi anulado, não existe mais hoje. O que tomou conta no nosso Brasil? Os Movimentos MST, Via Campesina, estão acima da lei.

Srs. Deputados, eu disse ontem e volto a dizer hoje: disse com muita propriedade o Deputado Valdir

Rossoni, quando ele fez o aparte para o Deputado Tadeu Veneri, que não adianta nós, os Deputados, virmos aqui na tribuna e defendermos esta ou aquela ideologia. Não. Temos que devolver a tranquilidade para o campo. Como é que vamos devolver isso? Com uma declaração infeliz, do Secretário da Segurança Pública. Srs. Deputados, vejam a frase que o Secretário da Segurança Pública disse e está publicada nos jornais de hoje: “Não vamos admitir no Paraná a ação de um bando que promove a violência”, frase do Sr. Luiz Fernando Delazari, referindo-se aos seguranças da Fazenda Syngenta. Quem protege a sua propriedade é um bando que promove violência? E quem invade é o quê? Quem provocou a violência, no domingo, em Santa Tereza?

De sã consciência, vamos fazer uma avaliação conosco mesmo. Não precisamos ser especialistas em nenhuma área. Quem promoveu foi a Via Campesina, não tem outro culpado. São eles, exclusivamente eles, porque foram despejados duas vezes, pela ordem da Justiça e pela terceira vez entraram nessa área. Agora perguntamos: quem é o culpado? Quem deu o primeiro tiro? Duas vítimas surgiram nesse confronto.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa., pelo segundo dia consecutivo, sobe à tribuna e no conteúdo, na essência, fala exatamente a mesma coisa: está indignado. Conheço e sei que V. Exa. vem de um grupo político de sustentação política à ditadura, pertenceu à extinta ARENA, ao PDS, que foram proprietários de uma ideologia dominante neste país, durante pelo menos 21 anos.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Não posso concordar com V. Exa. Eu lhe cedi um aparte e gostaria que V. Exa. fosse cortês.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Desculpe, mas não estou fazendo uma ofensa a V. Exa. Estou relatando um fato que é verdadeiro, estou dizendo que V. Exa. tem uma posição ideológica conservadora. A posição de V. Exa. em relação à questão da propriedade, não entende que a terra tem que cumprir uma função social. Em 1891, o Papa Leão XIII, com a *Rerum Novarum*, estabeleceu a função social da propriedade, no século XIX ainda.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: o que é inaceitável é que um grupo armado fosse defender propriedade de terceiros, porque a empresa Syngenta declarou em nota: “Não fomos nós que contratamos os jagunços para poder atirar nos trabalhadores rurais sem-terra, manifestantes da Via Campesina”, Deputado Elio Rusch. Não estamos falando de proprietário rural que tenha tido a sua propriedade ocupada pelo MST, estamos falando do movimento político de um bando armado e financiado por gente que é da extrema Direita. Não estamos falando

aqui de produtores rurais, de fazendeiros, estamos falando de um tipo de gente que arma jagunço e manda matar. Isto, Exa., não serve nem no Paraná nem em lugar nenhum do mundo! A lei é feita para todos, temos que respeitar os movimentos sociais!

Por isso, quero dizer a V. Exa. que nenhum tipo de violência é aceitável, seja ocupação, e a desocupação tem que ser pacífica. Mas, um Governo como o nosso é um Governo que negocia com o movimento social e não os trata como criminosos, até porque sabemos que este país nunca fez reforma agrária, embora este Governo atual do Presidente Lula esteja avançando muito.

Agradeço pelo aparte.

O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)

É um pronunciamento, Deputado Romanelli, é um aparte prolongado. Mas, de qualquer maneira, com a permissão do Presidente, haja vista que esse é um assunto interessante, importante ser esclarecido, até porque, Romanelli, eu já fui Prefeito em Cascavel, já levei escola para sem-terra, já fiz estrada para sem-terra, já dei semente para sem-terra produzir e pagar no ano seguinte. Então, não vamos com essa conversa aqui de faz-de-conta. Vamos falar da realidade, Deputado Elio Rusch. Eu sei da barbárie porque sou de lá.

Me pronunciei ontem e hoje volto, porque tem um cidadão aqui na tribuna que me falou que é muito pior do que aquilo que foi anunciado. Dois seguranças apenas numa área que não é área de ser invadida. Isso é ideologia, é enfrentamento, é abuso. Agora, Deputado, tinha 2 seguranças. Os sem-terra chegaram lá e prenderam esses 2 seguranças. Um deles ameaçavam matar e ligavam para a mulher dele que mora em Santa Tereza e diziam que iam eliminar a vida daquele trabalhador. E os outros foram lá para defender. E aí deu no que deu: 2 mortos, um de um lado e o outro do outro.

É lamentável, mas é importante reforçar que o seu pronunciamento é pela ordem, pelo respeito, pela constituição que não é respeitada neste estado.

Tive que trazer aqui um jogador de futebol que lutou a vida inteira para ter 71 alqueires de terra e foram invadidos, abusivamente. Cinco meses de reintegração de posse e isso não acontece, por quê? Para alguns amigos do Governador, é no dia. Antes que se peça a reintegração de posse, ele manda retirar. E nós temos provas. Olha que sou amigo do Governador - e como diz o Jocelito Canto, a verdade aqui tem que ser dita - não é porque é amigo, porque é inimigo, mas temos que falar da realidade. E como fiz muito pelos sem-terra já, tenho o direito e o dever de ajudar a denunciar esses desmandos que estão acontecendo no estado do Paraná.

Agradeço.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Concluo, Sr. Presidente.

Quando o Líder do Governo nos apartou, falou da questão social. Sabem quantos empregos tinha, diretos,

na Fazenda Syngenta, em 70 hectares? Sabem quantos empregados tinha naquela fazenda de experimento? Cinquenta empregados. Cinquenta famílias dependiam diretamente da Fazenda Syngenta. Está aqui nas notas taquigráficas, numa das Sessões acontecidas aqui na Assembléia Legislativa e dita por um dos administradores daquela fazenda. Cinquenta empregados, diretamente. Mais 100 empregos indiretos gerados pela Fazenda Syngenta. Este é o lado social que temos que ver. Não queremos violência.

E olha, Sr. Presidente, eu não sei o que vai acontecer no oeste, não sei mesmo, a coisa está complicada. Eu disse ontem que é um barril de pólvora, e é mesmo, Srs. Deputados. Eu não gostaria de voltar a esta tribuna e registrar outros acontecimentos. A sociedade está se organizando, já que as ordens judiciais não estão sendo cumpridas.

Preocupo-me, sim, não como Deputado, mas como cidadão. Não queremos violência. Queremos reforma agrária, mas respeitar o direito à propriedade.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PP.

(Declina)

PT. Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, já me pronunciei sobre o tema no dia de ontem, nós sabemos da visão ideológica diferenciada dos Pares nesta Casa, e quero, até na fala do Tadeu, que foi aparteado pelo Ministro Pupio, tanta coisa que foi falada aqui, se eu for refutar tudo não vou falar do assunto mais importante, apesar de ele ser muito importante, mas vamos falar de um assunto relevante nesta Casa e no dia de hoje quero usar o Horário da Liderança para falar sobre este assunto.

Precisamos tratar da reforma agrária, sim, com seriedade. Quero convocar os companheiros que têm diferença ideológica conosco, que conversem com fazendeiros do Paraná que têm grandes e vastas áreas. Esta é uma proposta concreta, somos sabedores que o INCRA tem orçamento e tem recurso e dá para pactuar compras de terras, com preços dentro da realidade de mercado, para fazer reforma agrária, sim, desde que haja acordo com os fazendeiros. Existe recurso para isso.

Estamos encaminhando, essa comissão que o Milton encaminhou, é possível, eu como Líder da bancada me disponho e toda a nossa bancada se dispõe a fazer isto e vamos fazer assentamentos em compras de terras aonde tem possibilidade de dar condições de trabalho para muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Agora, esta diferença ideológica, dizer aqui, o Deputado Stephanes falou, que eu achei muito ruim

dizer, que as pessoas que lideram a Via Campesina são bandidos. Olha, é duro! Conheço a história de muitos desses companheiros, eles dão a vida a favor da justiça.

Essas pessoas, se pensarem que vão intimidar sem-terra assassinando um ou outro, muito pelo contrário, isto dá força, dá entusiasmo para esses companheiros, porque nunca tiveram nada, aonde cair morto! Aliás, a distribuição da riqueza neste país foi muito mal feita e essas pessoas representam realmente o anseio e o desejo por justiça social. Se lá tem gente infiltrada, às vezes até paga por fazendeiro para fazer coisa errada lá dentro, como aconteceu, já foi descoberto em alguns momentos na história deste país.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço o parte que me concede e dizer a V. Exa. que quando falamos de reforma agrária, é importante aqui, ouvi atentamente o depoimento do Deputado Elio Rusch e ele falava como se a reforma agrária não avançasse em nada e até falava como se isto fosse um prejuízo para o nosso estado, para o nosso país, e de uma maneira especial como se todos assentados, pessoas que vão acampar, pessoas da Via Campesina, as pessoas do Movimento Sem-Terra, como se fossem bandidos.

Gostaria que fossem consultados os Prefeitos onde foram feitos os assentamentos, que vamos ver o quanto mudou a realidade desses municípios. Em muitos lugares, os municípios só sobrevivem porque têm assentamentos e que são responsáveis pela grande produção agrícola de nosso país. Então é importante levar em consideração isso.

E, de forma alguma, podemos concordar com o que aconteceu ontem em Cascavel e falar, tratar como se a Via Campesina e o MST fossem bandidos e, ao mesmo tempo, tratar como anjo quem foi lá, assassinando brutalmente companheiros que estavam lá lutando para que aquele centro se tornasse um centro de pesquisa agroecológica.

Obrigada.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Obrigado.

Sr. Presidente, eu me pauto aqui na Assembléia tentando construir consensos tanto quanto possível, buscando leis que atendam o interesse deste Poder, fortalecendo este Poder.

Peço licença para ler esse pronunciamento acerca da disposição deste Parlamento. Sei que tem uma vontade muito grande para evitarmos o excesso de denúncias anônimas, para acharmos uma legislação que seja adequada, que contemple os desejos dos três Poderes da República no Estado do Paraná.

(Lê):

“Faço uso desta tribuna a fim de, novamente, pedir aos Pares para substituir o texto deste projeto que simplesmente impede por completo a existência da denúncia anônima, para um outro texto, onde até uma parte do projeto original pode ser aproveitado, mas sobretudo nos aprofundarmos sobre a questão. Normatizando os procedimentos administrativos no estado do Paraná ante um fato que temos que conviver, que é a denúncia anônima.

O próprio Deputado Traiano já concordou que precisamos regulamentar, a nível de procedimento administrativo, no estado do Paraná, e não simplesmente proibir a denúncia anônima. Mas invoca o Regimento para não mais alterar o texto neste momento. Foi por isso que nós defendemos a realização de mais debates, inclusive Audiência Pública.

Como estamos em 2ª discussão, ou se aprova o texto original, e talvez uma ou outra emenda supressiva ou modificativa, ou então se aprova a emenda substitutiva, tal qual a apresentada pela Bancada do PT, juntamente com mais alguns Deputados de outros partidos

Queremos colaborar para um outro texto legal. Por isso, propomos rejeitar o texto do presente projeto de lei e elaborarmos um novo projeto, a ser apresentado pelo mesmo Deputado Traiano, mas com um texto com um enfoque substancialmente diferente, regulando ao invés de proibir a denúncia anônima, o que admite sua reapresentação nesta legislatura.

Se não alcançarmos um consenso, a Bancada do PT se obrigará a novamente votar contra o projeto de lei com o texto original, principalmente em razão de o texto exigir que toda denúncia, para ser apurada, deve conter o nome do denunciante e sua qualificação sob pena de não ser conhecida e ainda determina o arquivamento de todos os processos que não tenham este registro formal.

Com a aprovação desta lei, nestes termos, certamente fatos graves, aptos a justificar a adoção de providências, serão simplesmente ignorados, quando o correto sempre é apurar, ainda que mediante procedimentos preliminares, com as devidas cautelas para não constranger nenhum inocente, passando a instaurar medidas formais somente quando se tenha fortes indícios de irregularidades ou ilicitudes. Concordamos que nenhum processo deve ser instaurado exclusivamente em fatos descritos em denúncia anônima, no entanto é obrigação estatal a investigação de todas as denúncias, ainda que anônimas.

Portanto, precisamos regulamentar a denúncia anônima, a fim de compatibilizar esta com os princípios fundamentais do cidadão, assegurados constitucionalmente e não simplesmente proibi-la. Precisamos ajustar esta aparente colisão de princípios fundamentais, onde razões de interesse social (como a obrigação legal de se apurar comportamentos) conflitam com a garantia de proteção

da moral de toda pessoa, ambos previstos na Constituição da República:

1) de um lado, temos a necessidade ética do estado, através de seus Agentes Públicos, de investigar toda conduta desviante, funcional ou não, eventualmente lesiva ao interesse público;

2) de outro lado, temos o direito do indivíduo de jamais ser exposto a vexames, ainda que revestido de aparente legalidade.

Este é o desafio do estado democrático!

E o tratamento a ser dado à delação anônima é objeto deste dilema, ante a votação, hoje, em 2ª discussão, nesta Casa.

De regra se invoca o uso, por parte do Agente Público, seja Magistrado ou não, do uso da ponderação subjetiva de valores, caso a caso, na solução deste conflito de antagonismos de liberdades fundamentais.

No entanto, o uso da ponderação caso a caso, deixa nosso sistema jurídico, judicial ou administrativo, muito imprevisível, sujeito à interpretação subjetiva de quem precisa julgar, inclusive o de instaurar um procedimento.

Por isso, entendo que a denúncia anônima - o que fazer com ela - comporta melhor regulamentação.

Há quem entendesse que deveríamos simplesmente rejeitar o projeto, pois o mesmo de fato tenta resolver o problema de forma a proibir, pura e simplesmente, qualquer atitude por parte do Poder Público ante uma denúncia anônima.

Por isso, apresentei uma emenda e estou protestando para uma outra atitude do que aprovar ou rejeitar este projeto.

Certo é que devemos ter consciência dos limites do nosso poder de legislar sobre a matéria, a qual se cinge às ações administrativas.

No entanto, não podemos nos furtar, como Parlamentares a debater profundamente a questão e legislar da melhor forma, pois o tema comporta a iniciativa deste Parlamento. Para isso fomos eleitos como representantes dos paranaenses nesta Casa de elaboração de normas estaduais.

Conclamo o Deputado Traiano, até por respeito à sua iniciativa, que o mesmo concorde em substituir o texto em exame, ainda que para tanto precisemos desistir deste projeto de lei e apresentarmos outro, ainda de sua autoria, mas com um enfoque diverso ao que foi dado no texto em exame porque, ainda assim contemple o que V. Exa. pretende, e ao mesmo tempo diga como proceder com uma denúncia anônima, e não simplesmente ignorá-la.

Desta forma poderemos reapresentar um novo projeto, ainda nesta legislatura, sem impedimento, pois este projeto - que desta forma seria arquivado - proíba pura e simplesmente a denúncia anônima, enquanto que um novo projeto, normatizará os procedimentos ante uma denúncia anônima, com as caute-

las e preservação de garantias individuais que a matéria exige.

Caso a matéria seja aprovada com o texto original, ainda que com uma ou outra emenda supressiva, e caso seja sancionado e vire lei, deveremos imediatamente propor mudanças na lei, mas acho que podemos evitar isso."

Esse é o desejo da nossa bancada, Sr. Presidente. Há um esforço por parte desta liderança de acharmos a melhor lei para evitarmos os abusos das denúncias anônimas e possamos regulamentá-las, que acredito que é o desejo da maioria das lideranças desta Casa.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 049/07, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao inciso III, do artigo 6º e incluir parágrafo único ao artigo 41, da Lei nº 15609, de 22 de agosto de 2007, que estabeleceu diretrizes orçamentárias do estado do Paraná para o exercício financeiro de 2008. **Recebido; protocole-se; ao DAP para acusar o recebimento e incluir no Expediente; à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 327/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que os serviços existentes de atendimento do SAS (Serviço de Assistência a Saúde) seja feito nas cidades de origem dos usuários exceção feita somente em atendimentos específicos de alta complexidade. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 328/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a construção de cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Professor Caio Mário Moreira de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 329/07, de autoria do Deputado Nereu Moura constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a implantação de um sistema de monitoramento eletrônico de veículos através de câmeras dos radares eletrônicos, bem como das câmeras instaladas nas praças de pedágio no estado do Paraná, com o objetivo de combater

a criminalidade. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 330/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 331/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança o aumento do efetivo e melhoria na estrutura da Polícia Civil do município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 332/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança, a implantação de ronda periódica da Polícia Militar nas zonas rurais do município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mamede, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que veta a instalação de procedimento administrativo baseado em declarações,

denúncias ou quaisquer outros expedientes anônimos, no âmbito dos três poderes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 693/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda nº 01 do Projeto de Lei nº 693/07, apresentada em Plenário pelo Deputado Reni Pereira, tem por objetivo alterar o parágrafo único do artigo 1º do referido projeto, estabelecendo que “Na hipótese de não constatação dos fatos apontados, será franqueado ao denunciado o acesso aos dados do denunciante, para os fins judiciais que se façam necessários”.

As emendas nº 02, 03 e 04 do Projeto de Lei nº 693/07, tem por objetivo alterar o artigo 1º do referido projeto, retirando os procedimentos administrativos no âmbito do poder de polícia dos casos em que não serão admitidas denúncias anônimas, suprimir o artigo 3º do referido projeto, que estabelece que os procedimentos que estejam em curso e não contenham a identificação do denunciante deverão ser arquivados e alterar o artigo 1º do referido projeto, retirando os procedimentos administrativos no âmbito do poder de polícia dos casos em que não serão admitidas denúncias anônimas.

Fundamentação

A Lei Federal nº 9784, de 29 de janeiro de 1999, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e, em seus artigos 5º e 6º, estabelece que, quando iniciar-se a pedido de interessado deve conter a identificação do interessado ou de quem o representante e seu domicílio ou local para receber comunicações:

Art. 5º O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 6º O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

(...)

II - identificação do interessado ou de quem o representante;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações; (grifos nossos)

Ainda, a Lei Federal nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos e, em seu artigo 144, estabelece que as denúncias sobre irregularidades só serão objeto de apuração caso contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito:

Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo Único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto. (grifos nossos)

Ocorre que a emenda nº 01 pretende revelar a identificação do denunciante nos casos em que a denúncia não seja constatada. Desta forma, fere o disposto constitucional, uma vez que não garante a segurança necessária ao denunciante. Desta forma, a referida emenda é revestida de inconstitucionalidade.

A emenda nº 02 visa excluir o requisito da identificação do denunciante nos casos de procedimentos administrativos no âmbito do poder de polícia. Tal emenda faz com que o projeto encontre-se em desacordo com a Lei Federal nº 9784/99 e com a Lei Federal nº 8112/90, configurando assim em uma ilegalidade.

Além disso, ao vedar a instauração de procedimento administrativo baseado em expedientes anônimos, a emenda em análise fere o princípio basilar da divisão dos poderes, presente no artigo 2º da Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Os poderes da união são independentes e harmônicos, não podendo o Parlamentar intervir no funcionamento dos Poderes Executivo e Judiciário, configurando tal ato em uma inconstitucionalidade.

Ainda, a própria Carta Magna Federal assegura, em seu artigo 5º, a igualdade dos indivíduos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Ao retirar os procedimentos administrativos no âmbito do poder de polícia da vedação a que se refere o projeto de lei a Emenda nº 02 fere o princípio constitucional da igualdade e é, portanto, revestido de inconstitucionalidade.

A emenda nº 03 visa suprimir do projeto de lei o artigo que determina o arquivamento dos procedimentos já instaurados e que não possuam a identificação do denunciante. De acordo com as Leis Federais nºs 9784/99 e 8112/90, é considerada ilegal qualquer denúncia ou processo administrativo que não contenha a identificação do denunciante.

Assim, ao ser suprimido seu artigo 3º, o Projeto de Lei nº 693/07 perde seu objeto, uma vez que permitiria a continuidade de procedimentos administrativos que se iniciaram sem a identificação do denunciante e, portanto, de maneira ilegal.

Já a emenda nº 04 visa retirar os procedimentos administrativos no âmbito do poder de polícia da vedação a que se refere o projeto de lei. A emenda apresentada

fere o princípio constitucional da igualdade previsto na Constituição Federal e é, portanto, revestido de inconstitucionalidade. Vejamos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Ainda, as emendas apresentadas em plenário encontram-se de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa e não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração legislativa no Brasil.

Conclusão

Diante do exposto, uma vez que as presentes emendas são revestidas de ilegalidade e inconstitucionalidade, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamentos:

Luiz Malucelli (Abstenção), Nereu Moura, Artagão Júnior, Mauro Moraes, Carlos Simões e Reni Pereira (abstenção).

Com sua discussão encerrada, está em votação o projeto de lei.

Há emendas de plenário com parecer contrário da CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Estão em votação as emendas.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

Registre o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora, estamos votando as emendas.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Pela Ordem**)

A Bancada do PT votou contra o projeto. Queria comunicar pelo menos isso, ou se faz a verificação de votação.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, registre os votos da Bancada do PT contrários ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os votos da Bancada do PT contrários ao projeto, de igual maneira o voto do Deputado Douglas Fabrício, também contrário ao projeto.

Pela ordem o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Tem que ser os votos de quem está presente na Sessão. Não pode ser votos de uma bancada. Aqueles que não estão presente não podem votar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A questão de ordem de V. Exa. procede.

Os Deputados Elton Welter, Péricles de Mello, Luciana Rafagnin, Professor Luizão, também o Deputado Tadeu Veneri...

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Ainda em tempo a abstenção do Bloco Independente e voto contrário da Deputada Rosane Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há sobre a mesa Requerimento nº 3108, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, que requer destaque para a discussão em votação da Emenda nº 02, do Projeto de Lei nº 693. **Aprovado.**

Solicito ao Deputado Marcelo Rangel para encaminhar.

Pela ordem o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Estamos comunicando a V. Exa. e ao Plenário que vamos dar entrada amanhã no requerimento que eu espero que seja aprovado por toda esta Casa, convidando que venham a esta Casa de Leis 2 representantes do Movimento Sem-Terra e 2 representantes da empresa Syngenta, porque ficou dúvida aqui de quem matou. Quem está com a razão? Quem não está com a razão? Trocando uma idéia aqui com o Deputado Alexandre Curi para convidarmos.

Esta Casa é uma Casa de Leis é uma Casa democrática e V. Exa. sei que vai referendar também. Deve trazer aqui os 2 representantes da Syngenta e 2 representantes do sem-teto. Acho que aqui ninguém vai matar ninguém para tentar esclarecer o conflito.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, vou encaminhar rápido.

Precisamos sensibilizar os Srs. Parlamentares para a importância da emenda que estamos apresentando. Precisamos salvaguardar as questões criminais no âmbito da Polícia Civil e Polícia Militar. O Disque Denúncia é talvez a maior ferramenta de combate ao crime no Brasil. Precisamos preservá-la no estado do Paraná. O mérito do projeto me parece que é combater o denunciismo desenfreado. Acho isso importante, mas as denúncias anônimas no âmbito da Polícia precisam, sim, existir. Acredito que com a aprovação desse projeto, a partir do momento em que aprovarmos a emenda, quem quiser fazer uma denúncia anônima contra quem for, a autoridade que for, poderá fazer

também no âmbito da Polícia, ou na Polícia Civil ou Polícia Militar.

É por isso que preciso sensibilizá-los de alguma forma para a importância desta emenda que estamos votando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, solicitando destaque para a Emenda nº 02. Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Esta em votação a emenda.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade o nosso projeto, no seu escopo, já contempla a pretensão do Deputado Rangel, mas para que não parem dúvidas com relação a esta primordial solicitação, para que haja clareza com relação ao projeto, numa diferenciação daquilo que possa de repente gerar dúvidas com relação ao alcance do projeto, nós, mesmo sendo rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça, entendemos que devemos acatar essa emenda e eu gostaria de conclamar os Srs. Deputados para que votem favoravelmente à emenda do Deputado Rangel, exatamente para fazermos essa clareza no projeto com relação àquilo que entende-se por administrativo e àquilo que pode, quem sabe, deixar dúvida com relação a área policial.

Nunca foi essa a nossa intenção, até porque temos a compreensão de que toda e qualquer denúncia anônima na esfera criminal está amparada pela legislação. E não teríamos nós Parlamentares o poder para alterar essa legislação.

Por isso, entendemos que a emenda do Deputado Rangel deve ser acatada, e com relação às demais emendas, encaminhamos contrariamente, até porque elas já estão contempladas, todas elas, no escopo do nosso projeto.

Era apenas esse encaminhamento que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar a emenda, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Perguntei ao Deputado Traiano, autor deste projeto, e consultei vários Deputados, inclusive o Deputado Caíto Quintana, que é um dos maiores conhecedores de lei desta Casa, outros Deputados, a respeito desta questão de manter as denúncias, nesta emenda proposta pelo Deputado.

Eu só fico um pouco curioso, Sr. Presidente, e preciso registrar, e disse que desde o começo votaria a

favor em se manter os Disque Denúncia, Disque Drogas, Disque Pedágio, disque tudo, aquelas confusões que podem acarretar numa denúncia, que você recebe através de um disque qualquer coisa. Aí vem o cara e diz: “Eu soube que o fulano não paga pedágio.” O disque-denúncia pode apurar isso. Aí vem o sicrano e diz: “Olha, o fulano é traficante, lá no bairro”. Bom, muito bom isso!

Eu não tenho dúvida e sou favorável a esta questão da denúncia. Isto dá subsídio para a Polícia buscar os marginais. Não tenha dúvidas.

Agora, eu não compreendi o seu encaminhamento. V. Exa. diz que isto já está na lei, que nada muda esta emenda. Então, quero compreender. As outras emendas o senhor não está recebendo. E uma delas o senhor vai receber, mesmo ela estando no seu projeto, já está contemplada no seu projeto. Eu só quero compreender que magia é esta, que entendimento legislativo V. Exa. está tendo, porque se V. Exa., que é o autor do projeto, V. Exa. que escreveu o projeto, de repente, V. Exa. diz: “Não, já está no projeto”. E vai rejeitar três outras emendas e vai aprovar uma. E o senhor diz que já está no seu projeto. É somente isto, não estou compreendendo. Eu vou votar a favor de V. Exa. Só queria compreender este mecanismo de cobrar um escanteio e fazer o gol de cabeça! Queria saber como é que se faz.

Quero compreender para eu aprender. O legislador, ao vir a esta Casa, vem para trazer projetos e vem para aprender. Todos nós, aqui, aprendemos. Eu aprendo aqui todos os dias. Isto é uma escola. Uns, falam de mais, outros falam de menos, outros, estão quietos. Enquanto estamos discutindo, alguns estão nas secretarias buscando verbas. Nós estamos aqui, “levando pau”. Este é o Parlamento.

Eu só quero compreender, Deputado Veneri, V. Exa. que é um estudioso de leis, também. Quero compreender se já está contemplado na lei, por que é que nós precisamos fazer uma emenda. Eu só quero entender! Se o autor acaba de dizer que já está contemplado, o Deputado Caíto Quintana diz que já está contemplado, o Deputado Romanelli também já diz que faz parte, eu não entendi o porquê da emenda! Quero entender.

Deputado Traiano, V. Exa. é um grande articulista, vejo V. Exa. sempre presente nos grandes debates desta Casa. Além de um excelente orador, a experiência que tem e também os conhecimentos e os estudos. V. Exa. é um estudioso! Tenho o senhor como um homem estudioso nesta Casa. Quero aprender com V. Exa., Deputado Traiano. Agora, só quero compreender como é fazer uma emenda em algo que já existe na lei. Quero compreender, porque senão amanhã alguém da imprensa vai dizer assim: “Olha, os Deputados fizeram uma emenda em uma coisa que já estava na lei.

Os Deputados fizeram uma emenda que já constava no bojo do projeto”. Aí vou ter que explicar que foi

recebida a emenda, porque ouvi as palavras de V. Exa., Deputado Traiano. Por isso que fiquei curioso!

Quando V. Exa. sobe à tribuna e diz que já está contemplado, mas vamos aceitar, eu não compreendi, Deputado Belinati.

Vou votar a favor, não vou votar contra nada que seja bom, mas sou um admirador desse cidadão que está aí, Deputado Traiano, que é um estudioso, é um homem que estuda, é um Líder, é um homem entendido e aí o homem que eu admiro e que é um estudioso nas leis vem à tribuna e diz que o projeto é bom e eu voto com V. Exa., mas só quero compreender esse cobrar o escanteio e fazer o gol de cabeça. É o seguinte: vou cobrar o escanteio, vai dar tempo de eu correr lá e fazer o gol de cabeça e aí vou para a galera. Eu cobrei o escanteio e fiz o gol de cabeça, ou matei no peito, dei uma bicicleta e fiz um gol de placa. Só quero compreender, só quero entender e voto a favor.

Esta Casa nos ensina todos os dias e é a melhor universidade que cursei na vida. Aliás, não fui a nenhuma universidade, não me formei em nada, aprendo na vida e aqui todo o dia aprendo uma coisa nova. Vai para a universidade da minha vida esse termo do Deputado Traiano: “Está contemplado no projeto, mas vamos fazer uma emenda”. Depois, quando a imprensa nos chamar de qualquer coisa, não podemos ficar quietos. Quando a imprensa gozar de nós e fazer uma charge, não podemos brigar. Nós estamos admitindo e o autor da lei está dizendo: “Está na lei, já está prontinha, não precisa da emenda, mas já que está aí, vamos votar. É favorável ao Legislativo, vamos votar”.

Só deixar esse registro. Deputado Traiano, V. Exa., de Santo Antonio do Sudoeste, mata no peito, bota no chão, vai na linha de fundo, dá escanteio, cobra o escanteio e alguém faz o gol de cabeça. É gol! É gol da democracia! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação a emenda.

Para encaminhar, com a palavra o Professor Luizão.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Bancada do PT encaminhou voto contrário ao projeto, porque desde o início acreditamos que regulamentar a denúncia anônima é uma coisa e nós concordamos que devemos, sim, até regulamentar para evitar os abusos que acontecem, mas não podemos excluir totalmente a possibilidade de uma denúncia que possa vir a averiguar um prejuízo para o estado ou para o município e quero, neste momento, encaminhar favoravelmente às 4 emendas que receberam parecer contrário na CCJ.

Consideramos que as emendas, uma da Bancada do PT, outra do Pastor Edson Praczyk, do bloco e do

Deputado Marcelo Rangel, acreditamos que são emendas que aperfeiçoam o projeto. E como foi dito aqui: se elas já fazem parte do projeto, não tem sentido votar contra então, porque estão fazendo parte já e não vão prejudicar o projeto de forma nenhuma.

Então, acredito que elas aperfeiçoam o projeto. Somos favoráveis às 4 emendas.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Tenho uma dúvida, Sr. Presidente, e eu não sei se alguém pode esclarecer, mas de qualquer forma eu consultei um assessor, já havia dito isso anteriormente. Na verdade, temos uma emenda que foi apresentada pelo Deputado, acredito que foi pelo Deputado Praczyk, que retira o artigo 3º, Deputado Luizão, e que entendíamos que era um processo que contribuiria muito. Mas, segundo alguns juristas, a lei retroage sempre que favorável em favor do réu. Ou seja, pouca diferença faz nós aprovarmos ou não a retirada do artigo 3º, porque ainda que nós digamos que essa lei não faz com que todos os processos - e o senhor é advogado - todos os processos em curso baseados em denúncias anônimas estão arquivados, qualquer advogado, de qualquer cidadão que esteja sendo processado por conta de uma denúncia anônima, irá requerer automaticamente o benefício dessa lei, ainda que não conste que os processos estão arquivados.

Então, acho que isso deve estar explicitado, porque aprovada a lei, independente de estar retirando ou não o artigo 3º, os processos em curso poderão - não estou dizendo que serão - poderão sofrer, por parte dos advogados, das partes que se sentirem de alguma forma atingidas, sofrerão, sem dúvida nenhuma, manifestação para que sejam arquivados esses processos, uma vez que a lei retroage em favor do réu.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados que, por gentileza, tomem assento. Como as emendas tiveram o parecer contrário, a votação também será ao inverso.

Os Deputados que forem contrários à emenda, portanto que rejeitem a emenda, permaneçam como estão. A Emenda nº 02.

Os Deputados que rejeitem a emenda permaneçam como estão. **Está aprovada a emenda.**

Estão em votação agora as Emendas nºs 01, 03 e número 04. As emendas serão votadas em bloco.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Nós poderíamos tomar conhecimento das emendas? Poderia o Secretário fazer a leitura das emendas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exas. têm a publicação das 4 emendas na Ordem do Dia.

Os Deputados que rejeitam as 3 emendas, nºs 01, 03 e 04, permaneçam como estão. **Estão rejeitadas as emendas.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 485/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo Estadual a ceder à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, imóvel que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 485/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, do imóvel objeto da Matrícula nº 1616 do Livro 2, fls. 01, do Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, constituído por partes dos lotes nºs 08, 08 e 09 da quadra nº 18 da Planta Geral da Cidade de Nova Londrina, com área de 658,56 m2 (seiscentos e cinquenta e oito vírgula cinquenta e seis metros quadrados), sobre o qual encontra-se edificado um prédio de alvenaria, com 162,35 m2, o qual será destinado a abrigar órgão da Secretaria de Educação.

Parágrafo Único. Qualquer destinação ao referido imóvel diversa da prevista nessa lei, implicará em imediata reversão do imóvel ao patrimônio do estado.

Art. 2º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 515/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, de imóvel, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 515/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertãoópolis, de

parte do imóvel objeto da Matrícula nº 165, fls. 259 do Livro 3/6 do 1º Ofício do Registro de Imóveis da comarca de Londrina, cujo prédio abrigava a extinta Agência de Rendas, o qual será utilizado pelo SER-MUSA - Serviço Municipal de Saúde do mencionado município.

Parágrafo Único. Qualquer destinação ao referido imóvel diversa da prevista nessa lei, implicará em imediata reversão do imóvel ao patrimônio do estado.

Art. 2º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.10.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Clube Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado em 2ª Discussão.**

Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.** Em votação o projeto. Deputadas que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Engenheiro Beltrão, com sede e foro no município de Engenheiro Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Organização Somos Saúde - DST/AIDS e Redução de Danos, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 709/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro para a Saúde Preventiva - IBSP, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 028/07, que autoriza o Poder Executivo, por meio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, doar ao município de Pitanga, área de terreno localizado no mesmo município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a doação de imóvel ao município de Pitanga, estabelecendo que este será utilizado, e exclusivamente, para a implantação de serviços da administração pública municipal e caso se comprove uso distinto deverá retornar ao patrimônio do estado.

Fundamentação

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembleia Legislativa acerca de tal matéria, e acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será procedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar

nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 542/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 28 de agosto do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Lobato o imóvel matriculado e registrado sob nº 2459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 598/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura tem como escopo a doação de imóvel ao município de Lobato, matriculado e registrado sob nº 2459 no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Astorga.

Fundamentação

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucra-

tivos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será procedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 04.09.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 598/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a doação do imóvel ao município nas hipóteses que especifica.

Aos 04 de setembro do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. Aprovado. (Publ. no DA nº 108/07, de 10/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 660/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no estado do Paraná.

É legítima a proposição do nobre Deputado, pois a Constituição Federal estabelece:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

“Art. 230. A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.”

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 660/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no estado do Paraná.

A construção, ampliação e reforma de edifícios, praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos e privados, destinados ao uso coletivo, obrigatoriamente serão executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Conforme está previsto no artigo 244 da Carta Magna Brasileira de 1988, *in verbis*:

“A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências, conforme o disposto no artigo 227, parágrafo 2º.

“Art. 227, parágrafo 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.”

O presente projeto de lei constitui um progresso na política de defesa aos portadores de deficiência, pois incentiva as empresas, assim como as pessoas físicas e adaptem suas edificações e treinar seus funcionários eliminando as barreiras arquitetônicas e sociais.

Tem por objetivo, o presente projeto de lei, prevenir e eliminar as formas de discriminação contra as PPD e propiciar a sua plena integração à sociedade.

Visa, também, atuar na sociedade para prevenir e

combater preconceitos quanto à deficiência física, pois o que caracteriza a vida é a infinita variação da forma que no tempo muda, inclusive defendendo o princípio de que nenhum homem pode ser discriminado por ser diferente da média em sua forma física ou maneira própria de realizar uma atividade.

Com o fim de contribuir para a prevenção e eliminação da discriminação contra as PPD, mister se faz o desenvolvimento de meios e recursos destinados a facilitar ou promover a vida independente, a auto-suficiência e a integração total, em condições de igualdades, conforme reza a Constituição Federal Brasileira.

A parcela da população considerada maioria não tem a oportunidade de conviver com aproximadamente 15 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Destarte, é importante, além de criação de legislação como esta, a sensibilização da população, por meio de campanhas de educação, destinadas a eliminar preconceitos, estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais, permitindo, dessa forma, o respeito e a convivência com as pessoas portadoras de deficiência.

Portanto, em face do exposto, opino favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08.10.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

MAMEDE- Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 710/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a ABRAC - Associação Brasileira de Canção Japonesa, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/07, de 02/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 710/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública estadual a ABRAC - Associação Brasileira de Canção Japonesa, com sede e foro em Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que declara de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/07, de 03/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 711/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, declara de utilidade pública o Centro Educacional Infância Colorida CEIC, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão da sigla CEIC, à qual pertence a denominação do Centro que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo estatuto social. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 711/06

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Centro Educacional Infância Colorida - CEIC, com sede e foro no município de Curitiba - Paraná.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Hospitalar Angelina

Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/07, de 03/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 712/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública estadual a Sociedade Hospitalar Angelina Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 3101, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3100, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3107, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3109, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3113 e 3117, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, para providências.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, esse pedido de informações refe-

rente a substituição de um membro da Comissão de Obras, o Deputado Luiz Nishimori, é absolutamente precedente, porque na minha avaliação houve uma irregularidade nesse processo de substituição. Não houve a formalização devida antes da reunião da Comissão de Obras.

Não quero polemizar esse tema, pois já foi objeto de muita discussão, mas o Deputado Jocelito Canto tem razão.

Vou repetir aquilo que tenho dito. Temos que ter aqui respeito extremado em relação ao formalismo necessário nesta Casa, sob o risco de desconstituirmos a legitimidade do que aqui fazemos.

Efetivamente essas respostas são importantes na medida em que a Mesa não havia recebido a substituição do liderado. É muito grave, de fato, esse tema aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Artigo 45 do Regimento Interno: *O membro da comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência previamente ao Presidente da comissão.*

§ 1º *O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto por indicação do Líder do partido a que pertencer o impedido.* Isso não ocorreu. Aguardamos a resposta do Presidente da Comissão, para então aí nós procedermos.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 548/07

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 685 e 693/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 524, 598, 660, 710, 711 e 712/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 701 e 722/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 125-A/03

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DIVANIR APARECIDA MORES CARDOSO, do cargo em Comissão, símbolo IGP-5, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 01 de fevereiro de 2003.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.02.03.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2ª Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 230/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8256, datado de 14 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de MARINEIDE LUZIA GOLÓS, matrícula nº 40205, portadora do RG nº 3.891.181-3/PR e do CPF nº 531.535.969-72, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de abril de 1986, exercendo o cargo de Assistente de Comissão, lotada na Procuradoria Geral, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 231/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

nº 9537, datado de 17 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 062/95, e mandar retificar a ficha funcional de ANTONIO LOPES, matrícula nº 40180, portador do RG nº 3.003.358-2/PR e do CPF nº 392.170.279-87, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 11 de março de 1983, exercendo o cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotado na Coordenadoria de Segurança, no sentido de excluir a anotação da contagem em dobro das licenças especiais referentes aos períodos compreendidos entre 11 de março de 1983 e 11 de março de 1988 e entre 11 de março de 1988 e 11 de setembro de 1992, por falta de amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 232/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9901, datado de 25 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de DORALICE PORTIER, matrícula nº 40391, portadora do RG nº 567.722-0/PR e do CPF nº 470.067.659-00, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de julho de 1990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotada na Coordenadoria de Serviço Odontológico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 233/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9902, datado de 25 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de MARIA ODILIA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 40328, portadora do RG nº 433.870/PR e do

CPF nº 318.430.939-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de março de 1984, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Barbearia, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 234/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9902, datado de 25 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 082/95, e mandar retificar a ficha funcional de MARIA ODILIA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 40328, portadora do RG nº 433.870/PR e do CPF nº 318.430.939-87, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de março de 1984, lotada na Barbearia, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, nível, NBA-03, no sentido de excluir a anotação da contagem em dobro das licenças especiais referentes aos períodos compreendidos entre 01 de março de 1984 a 23 de março de 1989 e de 01 de março de 1989 a 01 de março de 1993, por falta de amparo legal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 235/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9970, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar na ficha funcional de VERA DA SILVA, matrícula nº 40096, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-02, lotada no Setor de Portaria, seis (06) meses referente ao dobro de uma licença especial que deixou de usufruir e por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do artigo 248, da Lei nº 6174.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 236/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9971, datado de 27 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARIA ANGELICA BENEVIDES DO NASCIMENTO, matrícula nº 40748, portadora do RG nº 3.386.254-PR e do CPF nº 465.752.609-00, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1986, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-02, lotada no Diário da Assembléia, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 237/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10066, datado de 01 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ANA PAULA MOREIRA DA CRUZ, matrícula nº 40854, portadora do RG nº 5.167.335-2-PR e do CPF nº 759.229.249-15, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1990, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-01, lotada no Coordenadoria de Serviço Odontológico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 238/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10077, datado de 02 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MARIA VERACI SKOLIMOSKI, matrícula nº 40238, portadora do RG nº 616.520-6-PR e do CPF nº 142.148.739-04, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de abril de 1986, ocupante do cargo de Telefonista, nível NBA-02, lotada no Setor de Telefonia, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 239/2007

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10168, datado de 03 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de REGINA CELIA SPERANDIO DE OLIVEIRA, matrícula nº 40899, portadora do RG nº 4.271.727-4-PR e do CPF nº 611.420.269-49, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de julho de 1989, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade, nível NTC-01, lotada no Setor de Patrimônio, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.10.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

[illegible]